



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

ALANY LOPES DE ARAUJO

**A ATUAÇÃO DA EFA DE JABOTICABA NO MUNICÍPIO DE
QUIXABEIRA.**

Salvador

2013

ALANY LOPES DE ARAUJO

**A ATUAÇÃO DA EFA DE JABOTICABA NO MUNICÍPIO DE
QUIXABEIRA.**

Monografia apresentada ao Colegiado do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação – Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para licenciatura em Pedagogia.

Orientação: Prof.^a Dr.^a Sandra Maria Siqueira Marinho.

Salvador

2013

ALANY LOPES DE ARAUJO

**A ATUAÇÃO DA EFA DE JABOTICABA NO MUNICÍPIO DE
QUIXABEIRA.**

Monografia apresentada como requisito parcial para licenciatura em Pedagogia,
Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia.

Aprovada em ____/____/____.

Banca Examinadora

Sandra Maria Siqueira Marinho – orientadora _____
Doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará.
Universidade Federal da Bahia.

Riomar Lopes da Silva _____
Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia.
Universidade Federal da Bahia.

AGRADECIMENTOS

A Deus pela vida e por estar sempre presente em meu viver, conduzindo-me nos vários caminhos percorridos.

Aos meus pais, Claudio e Anaide, que apesar da pouca instrução que tiveram, ensinaram a mim e aos meus irmãos o valor da educação. Pelos valores e princípios que fizeram de mim um ser mais humano.

A minha irmã gêmea, Aliny, com quem compartilhei muitos momentos de minha vida. Pelo exemplo de determinação e empenho que sempre me inspiraram.

Ao meu irmão, Clézio pelo apoio emocional e financeiro quando de minha vinda a Salvador e por sempre torcer por mim.

As minhas sobrinhas Anna Júlia e Luna por terem me ensinado a beleza da inocência e a ternura da simplicidade.

Ao meu esposo, companheiro, amigo, amante... Oséias, pela atenção, amor, carinho, incentivo e compreensão dispensados todos estes anos e principalmente nos dias de elaboração do trabalho.

A minha tia Edenil (Tita) e sua família por terem me acolhido nos primeiros momentos de minha jornada em Salvador.

A amiga Joice que também me acolheu em sua residência nos primeiros anos da faculdade.

A minha prima Heleny pelo apoio e ajuda desde minha chegada aqui.

A professora Dr^a Sandra Marinho por ter atendido meu pedido de orientação e pela paciência dispensada a mim durante todo período do trabalho.

Aos meus professores do Ensino Médio no Colégio Estadual de Quixabeira pelos incentivos a prosseguir nos estudos.

Aos meus tios Maria e Felisberto (in memoriam) por terem vibrado comigo na conquista dos meus sonhos. Pelo carinho, afeto e amor que sempre dedicaram a mim e aos meus irmãos.

A Ana Maria e a Jéssica pelas partilhas, pela amizade e companheirismo construídos durante nossa vida acadêmica.

A todos os amigos que fiz ao longo desse percurso e aqueles que de longas datas percorrem-no comigo também.

Aos familiares: avós, tios e primos, cunhados, sogros... pelas vivências que trazem sentido a minha existência.

ARAUJO, Alany Lopes de. **A atuação da EFA de Jaboticaba no município de Quixabeira.** 80 f. 2013. Graduação – Faculdade de Educação. Universidade Federal da Bahia. Salvador, Abril de 2013.

RESUMO

Este estudo visa descrever a atuação da Escola Família Agrícola de Jaboticaba, através das ações de seu projeto de extensão - o Conviver para a promoção do desenvolvimento local e da convivência no semiárido. Para tanto, optou por uma abordagem qualitativa. A mesma adotou como técnicas de coleta de dados a análise dos relatórios de ações do projeto obtidos na sede do mesmo, além de informações sobre a escola e seu processo educacional colhidas na secretaria da instituição e em relatórios cedidos pela mesma. Na tentativa de resgatar o percurso histórico das EFAs desde seu surgimento na França até sua chegada ao território brasileiro e, especificamente em solo baiano, fez-se um estudo bibliográfico através de autores como BEGNAMI, ZAMBERLAM, ESTEVAM e QUEIROZ, CAVALCANTE e outros que escreveram e pesquisaram sobre a criação e o papel dessas escolas na promoção do desenvolvimento dos territórios onde se inserem. Além desses autores, a pesquisa recorreu aos fundamentos teóricos do grande educador Paulo Freire. O estudo revelou que dentro da realidade semiárida do município de Quixabeira, a EFA de Jaboticaba tem promovido o desenvolvimento local por meio de alternativas viáveis de convivência a realidade local, construídas a partir das ações de seu projeto de extensão, o Conviver. Evidenciou que os resultados dessas ações promovem mudanças na vida dos sujeitos envolvidos projetadas em âmbito socioeconômico, humano, ambiental.

Palavras-chave: Escola Família Agrícola, semiárido, desenvolvimento, Conviver.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Reunião das famílias fundadoras da APPJ.....	40
Figura 2	Projeto São Vicente: Motor bomba.....	41
Figura 3	Escola Família Agrícola de Jaboticaba.....	44
Figura 4	Pe Xavier e membros da APPJ: fundação da EFA de Jaboticaba.....	47
Figura 5	Construção de cisternas nas comunidades.....	65
Figura 6	Criação de cabra na EFA de Jaboticaba.....	68
Figura 7	Produção de tilápia na barragem João Durval.....	69
Figura 8	Atividade de Apicultura.....	70
Figura 9	Produção de Feno e Silo.....	72

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Indicadores sociais do município de Quixabeira.....	35
Tabela 2	Cultura do município.....	35
Tabela 3	Efetivo da pecuária do município.....	36

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Territórios de atuação da EFA de Jaboticaba.....	48
Quadro 2	Cronograma e Histórico dos Festivais de 1997 a 2010.....	56
Quadro 3	Territórios de atuação do Conviver.....	59
Quadro 4	Infraestrutura Hídrica (entre 1997 e 2007).....	65
Quadro 5	Síntese das ações do Projeto Conviver de 1997 a 2007:.....	73

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPARS - Sindicato dos Trabalhadores Rurais e a Associação Beneficente Promocional Agrícola.

AECOFABA - Associação das Escolas das Comunidades e Famílias Agrícolas da Bahia.

AES – Associação dos Amigos do Estado Brasileiro do Espírito Santo.

AIMFR - Associação Internacional das Maisons Familiares Rurales.

APAEB - Associação de Pequenos Produtores do Estado da Bahia.

APPJ - Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Jaboticaba.

ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural.

CAR - Companhia de Ação Regional.

CEB - Comunidade Eclesial de Base.

CEFFAS - Centros Familiares de Formação em Alternância.

CEI - Conferência Episcopal Italiana.

CESE - Coordenadoria Ecumênica de Serviços.

CFR - Casa Familiar Rural.

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento – Brasil.

COOPES - Cooperativa de Produção da Região do Piemonte da Diamantina.

COSA - Complexo Socioambiental.

CONVIVER – Projeto de convivência com o semiárido.

CPT - Comissão Pastoral da Terra.

DISOP - Instituto de Cooperação Belgo-Brasileira para o Desenvolvimento Social.

EFA - Escola Família Agrícola.

EMBASA - Empresa Baiana de Água e Saneamento.

EMATER-BA - Empresa Assistência Técnica Extensão Rural Bahia.

FCSR - Fundo de Crédito Solidário Rotativo.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

ISC – Instituto das Irmãs de Caridade da Santa Cruz – Suíça.

IFMM - Irmãs Franciscanas Missionárias Marianas.

LBA - Legião Brasileira de Assistência.

MAGIS - Movimento e Azione dei Gesuiti Italiani per lo Sviluppo.

MEPES - Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo.

MFR - Maison Familiare Rurale.

MMTQ - Movimento de Mulheres Trabalhadoras de Quixabeira.

MZF - Missionszentrale der Franziskaner Alemanha.

ONG – Organização não Governamental.

PSF - Programa de Saúde Familiar.

SCIR - Secretaria Central das Iniciativas Rurais.

UNMFRs Union Nationale de las Maisons Familiares Rurales.

SICOOB – COOPERE - Cooperativa Valentense de Crédito Rural – Quixabeira.

STRQ - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Quixabeira.

SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste.

UEFS - Universidade Estadual de Feira de Santana.

UNEFAB - União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas no Brasil.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 A ORIGEM DAS ESCOLAS FAMÍLIAS AGRÍCOLAS	16
1.1 O surgimento da experiência na França	16
1.1.1 O desinteresse do Estado e os movimentos sociais do campo: abrindo caminhos para a experiência.....	17
1.1.2 Um jovem desiludido, um pai preocupado e um padre sensibilizado socialmente: inicia a experiência educativa.....	20
1.1.3. A consolidação e a expansão da experiência: da França para o mundo.....	24
1.2 A chegada da EFA em solo brasileiro	26
1.2.1 Uma alternativa para o meio rural capixaba.....	26
1.2.2 A alternativa em solo baiano.....	29
2 O MUNICÍPIO DE QUIXABEIRA E A EFA DE JABOTICABA	32
2.1 Aspectos históricos, socioeconômicos e educacionais do município de Quixabeira.....	32
2.2 Uma escola para os filhos dos agricultores.....	39
2.2.1 Os antecedentes históricos: a APPJ.....	39
2.2.2 Criação da EFA de Jaboticaba: do sonho à realidade.....	44
2.2.2.1 Os aspectos físicos e pedagógicos da EFA de Jaboticaba.....	47
3 A EFA EM EXPANSÃO: O PROJETO CONVIVER	53

3.1 A construção do projeto.....	53
3.2 A atuação da escola: ações do Conviver.....	61
3.2.1 Formação/Capacitação.....	62
3.2.2 Infraestrutura Hídrica.....	64
3.2.3 Financiamento da Produção.....	66
3.2.3.1 Projetos de Produção do Conviver.....	67
3.2.3.1.1 Caprinocultura.....	67
3.2.3.1.2. Piscicultura.....	69
3.2.3.1.3. Apicultura.....	70
3.2.3.1.4. Processamento de alimentos e Produção de artesanatos.....	71
3.2.3.1.5. Armazenamento de ração.....	71
3.2.3.1.6. Projeto COSA.....	72
4 CONCLUSÃO.....	75
5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	79

INTRODUÇÃO

Anos atrás, durante um evento religioso, tive a oportunidade de conhecer a Escola Família Agrícola de Jaboticaba. Nesta primeira visita, pouco soube a respeito da proposta de educação trabalhada naquela escola, mas pude perceber que se tratava de uma educação diferente daquela que conheci nas escolas convencionais por onde passei. Mesmo morando na época no município de Quixabeira, onde a escola está situada, e sendo filha de agricultores, o trabalho desenvolvido pela escola ainda me era bastante desconhecido. Algumas vezes ouvia falar sobre ações desenvolvidas na e pela EFA, mas sem maiores aprofundamentos.

Alguns anos mais tarde, quando ingressei no curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, tive a oportunidade de conhecer estas escolas e a educação por elas ofertadas na disciplina Educação do Campo, lecionada pela professora Dr^a Sandra Marinho. Este momento foi bastante importante, pois me ajudou a firmar o desejo por conhecer mais a metodologia e o trabalho realizado por estas escolas e especificamente pela Escola Família Agrícola de Jaboticaba.

Dois outros fatores também contribuíram bastante para a escolha deste tema: primeiro, a constatação, através de conversas informais nos corredores da faculdade, de que as escolas são pouco conhecidas, até mesmo entre os estudantes de pedagogia; segundo, passei a buscar mais informações, através de conversas informais com conterrâneos, sobre algumas ações da escola dentro do município, pois queria saber como uma escola criada para os camponeses atuava para minimizar os efeitos das condições climáticas na vida dos agricultores no município.

As Escolas Famílias Agrícolas surgiram na França em 1935 e receberam o nome de Maison Familiale Rurale. Constituíram-se como uma alternativa ao desinteresse do Estado pela educação ofertada aos camponeses e ao ensino, desvinculado de suas realidades e que gerava descontentamento entre os agricultores da época.

Essas escolas trazem uma proposta de educação diferente daquela presente nas escolas convencionais, pois os princípios sobre os quais estão alicerçadas utilizam

uma metodologia própria que prioriza a relação escola-família, a formação integral dos alunos e o desenvolvimento do meio no qual estão inseridas.

As Escolas Famílias Agrícolas chegaram ao Brasil em 1969 pela atuação de padres italianos no estado do Espírito Santo para trazer soluções ao homem do campo. Inseriu-se no território baiano em 1975, no município de Brotas de Macaúbas, também sob influência de padres italianos que fizeram um grande trabalho de implantação dessas escolas neste estado que chega a ser o maior em número de EFAs no Brasil.

O trabalho dos padres italianos adentra o interior baiano até chegar ao município de Quixabeira onde, em 1993, foi criada a Escola Família Agrícola de Jaboticaba resultante da luta dos agricultores locais engajados nos movimentos sociais do campo que buscavam uma educação voltada para suas realidades e que trouxesse melhorias de condições de vida para a população rural do município.

A intenção de estudar as Escolas Famílias Agrícolas, especificamente a Escola Família Agrícola de Jaboticaba, é proveniente da constatação da presença marcante e da atuação destas escolas no meio rural no qual estão inseridas. A Escola Família Agrícola de Jaboticaba tem sido responsável por várias ações voltadas para o desenvolvimento local do município de Quixabeira e a melhoria da qualidade de vida de sua população.

Quixabeira é um pequeno município pobre e predominantemente rural do semiárido baiano. Sua população sobrevive, em sua grande maioria, da agricultura de subsistência com a utilização da mão de obra familiar em larga escala. Os agricultores desta terra são constantemente afetados pelos fatores ambientais ocasionados pelo clima semiárido da região.

Dentro desse contexto de pobreza e adversidade enfrentada pelos agricultores do município, a Escola Família Agrícola de Jaboticaba foi construída para trazer ao meio rural uma educação que preparasse os agricultores a refletir sobre os problemas locais e a buscar soluções para os mesmos, o que fez surgir em 1997 o projeto de extensão da escola – o Conviver.

O projeto Conviver foi criado para dar continuidade às ações da Escola Família Agrícola de Jaboticaba promovendo melhoria da qualidade de vida da população rural e a criação de novas alternativas de sobrevivência para o campo, confirmando a atuação destas escolas e suas lutas em prol do desenvolvimento do campo.

A presente pesquisa optou por uma abordagem qualitativa. A mesma adotou como técnicas de coleta de dados a análise dos relatórios de ações do projeto obtidos na sede do mesmo, além de informações sobre a escola e seu processo educacional colhidas na secretaria da instituição e em relatórios cedidos pela mesma.

Na tentativa de resgatar o percurso histórico das EFAs desde seu surgimento na França até sua chegada ao território brasileiro e, especificamente em solo baiano, fez-se um estudo bibliográfico através de autores como BEGNAMI, ZAMBERLAM, QUEIROZ, CAVALCANTE e outros que escreveram e pesquisaram sobre a criação e o papel dessas escolas na promoção do desenvolvimento dos territórios onde se inseriram. Além desses autores, a pesquisa recorreu aos fundamentos teóricos do grande educador Paulo Freire. O percurso metodológico da pesquisa define-se pela organização da mesma em três capítulos descritos a seguir.

O primeiro capítulo *A origem das Escolas Famílias Agrícolas*, abre o trabalho com a origem e o percurso histórico Escolas Famílias Agrícolas na França e no Brasil. A história revela que a experiência surgiu, tanto na França quanto no Brasil como uma alternativa ao ensino descontextualizado que era ofertado aos camponeses e como proposta de desenvolvimento local. Mostra o desinteresse de ambos os governos pela educação dessa parcela da população e o protagonismo desses sujeitos, organizados nos movimentos sociais e sob influências religiosas, na busca por soluções dos problemas que os afligiam.

Na sequência, o segundo capítulo *O município de Quixabeira e a EFA de Jaboticaba* traz os aspectos históricos, socioeconômicos, culturais e educacionais do município de Quixabeira e o histórico de luta dos agricultores locais em busca de melhores condições de vida e de uma educação que os ajudasse a superar os problemas existentes, culminando na criação da Associação dos Pequenos Produtores de Jaboticaba (APPJ), e posteriormente na Escola Família Agrícola de Jaboticaba com uma educação voltada para a realidade do município.

Por fim, o terceiro capítulo *A EFA em expansão: o projeto Conviver* descreve a atuação da Escola Família Agrícola de Jaboticaba através das ações promovidas dentro do seu projeto de extensão - o Conviver. Evidencia o compromisso da EFA com o desenvolvimento local por meio de alternativas de convivência com o semiárido, melhorando assim a qualidade de vida dos agricultores.

Existem poucas pesquisas sobre os Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFAs), espaços que assumiram a Pedagogia da Alternância aqui no Brasil, e especificamente sobre as Escolas Famílias Agrícolas, o que demonstra a pouca importância que é dada a estas escolas e àqueles que são os protagonistas desta experiência educacional tão rica e enriquecedora: os camponeses. Diante disso, a presente pesquisa tem sua importância no fato da mesma pretender mostrar uma experiência de educação exitosa e comprometida na transformação do seu meio, protagonizada por uma EFA em pleno semiárido baiano e por contribuir para dar maior visibilidade a estas escolas dentro e fora do mundo acadêmico.

1 A ORIGEM DAS ESCOLAS FAMÍLIAS AGRÍCOLAS.

O presente capítulo aborda o surgimento das Escolas Famílias Agrícolas na França e a introdução da experiência em solo brasileiro, chegando à Bahia e posteriormente a Quixabeira, lócus da pesquisa. O mesmo traz o desinteresse do Estado e o engajamento dos agricultores organizados em movimentos sociais na busca de uma educação que atendesse aos seus interesses e que fosse voltada para suas realidades.

1.1 O surgimento da experiência na França.

A história das Escolas Famílias Agrícolas remete-nos à França da década de 1930, por isso, faz-se necessário nos situarmos historicamente neste período devido sua grande contribuição para o surgimento da experiência que estamos abordando. A década anteriormente referida foi o período de intervalo entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundiais e a França esteve diretamente envolvida nos dois grandes conflitos dos quais saiu econômica e socialmente devastada.

Esse foi um momento bastante crítico, para a agricultura: transformação tecnológica e mecanização agrícola; crise no mercado agrícola; êxodo rural; despovoamento dos povoados; inchaço dos centros urbanos (NOVE-JOSSERAND, 1998, p. 1 apud BEGNAMI, 2003, p. 24). Além desses problemas ainda tinha a questão educacional que deixava os camponeses insatisfeitos e os jovens desmotivados para continuarem seus estudos, pois a escola ofertada pelo Estado não correspondia aos seus anseios.

Foi neste contexto de devastação e crise da década supracitada, onde a escola oferecida aos camponeses era completamente desvinculada de suas realidades e interesses e pouco atrativa para seu meio, que despontou uma alternativa pedagógica ao meio rural francês e suas necessidades, através de uma proposta que pretendia “[...] oferecer aos jovens uma formação alternativa de acordo com sua

realidade, que possibilitasse, além de um aprendizado teórico-prático, a motivação para os estudos e recuperasse a sua autoestima” (ESTEVAM, 2003, p. 31).

A Maison Familiale Rurale (MFR) surgiu no mundo rural francês da década de 1930 como uma proposta de educação e formação alternativa à educação ofertada por um Estado alheio às suas reais necessidades, e oriunda da ação de camponeses inseridos nos movimentos sociais do campo.

1.1.1 O desinteresse do Estado e os movimentos sociais do campo: abrindo caminhos para a experiência.

Como afirmamos a experiência surgida em território Francês não teve o Estado como um de seus protagonistas ou colaboradores, pois a mesma não resultou de suas ações e interesse. O Estado, no momento de criação da MFR, mantinha-se indiferente às questões relativas ao campo e suas necessidades como se pode perceber em seu total desinteresse pela educação oferecida a essa parcela da população na década de 1930.

Embora a alternativa à educação no meio rural francês tenha surgido apenas na década de 1930 com a MFR, o desinteresse do Estado por esta área já se arrastava desde décadas anteriores como denunciou uma revista pedagógica francesa de 1918 que caracterizou o ensino dessa época como sem valor e desorganizado (CHARTIER, 1986, p.8 apud RIBEIRO, 2010, p. 306).

Foi este visível desinteresse do Estado pela educação dos camponeses que trouxe indignação aos mesmos, levando-os a partir em busca de uma solução para a educação de seus filhos, uma vez que lhes era evidente a falta de nexos entre a escola oferecida aos jovens do meio rural, pois tinham de migrar para as cidades se quisessem dar continuidade aos seus estudos, e as necessidades dos mesmos, (CLAIR, 1997, p. 25 apud RIBEIRO, 2010, p. 306).

Essa escola rural dissociada da realidade dos camponeses, alheia às suas necessidades, estranha ao seu mundo e que trazia uma visão e linguagem

diferentes daquelas presentes no campo e oferecidas aos jovens, foi a peça principal neste cenário de abandono e indignação envolvendo camponeses e Estado, pois a mesma constitui-se como uma prova irrefutável do descaso, marginalização, negação e desprezo que a educação rural passava neste período.

A escola ofertada aos camponeses não lhes servia, pois não fazia parte de seu mundo e não foi projetada para suas realidades como evidenciava em seu discurso usado para apresentar o camponês francês na época:

O campesinato é, antes de mais nada, a encarnação do povo no que ele tem de fundamentalmente são, bom, e devotado. É também o universo rude daqueles que é necessário civilizar. Essa massa traz em si, sem o saber, todas as virtudes da terra. Ela estagnou, infelizmente nas trevas da ignorância durante séculos de obscurantismo. É preciso levar-lhes as luzes humanistas. É também necessário extirpar os maus hábitos, tais como, por exemplo, o lastimável desleixo, que levava a maioria das crianças a utilizar a língua ou o dialeto falado pelos pais. Para impor a religião do saber, o celebrante, o professor primário, usará de disciplina e de rigor, que permitirão fabricar o homem novo. (LAMBERT, 1975, p. 47 apud RIBEIRO, 2010, p. 306 – 307).

A experiência educativa do meio rural Francês não foi resultado do acaso e nem um reflexo da ação do Estado ao contemplar os problemas oriundos desse meio, como afirma Begnami (2003, p. 23). A mesma, de acordo com Estevam (2003, p. 33) e Queiroz (2006, p. 16) surge em virtude de um longo processo de reflexão e discussão “onde os movimentos sociais do meio rural foram peças fundamentais nesse processo” (BEGNAMI, 2003, p. 22).

Os movimentos sociais do campo na França buscaram preencher as lacunas deixadas pelos poderes públicos no que diz respeito aos seus direitos. Podemos perceber de forma bem clara essa iniciativa através da decisão dos agricultores que, engajados nesses movimentos buscaram uma alternativa de formação para seus filhos, cujo ensino comungasse com os conhecimentos e a realidade que vivenciavam e os ajudassem a lidar com as questões relacionadas ao seu meio.

Autores como Estevam (2003, p. 33), Begnami (2003, p. 22), Queiroz (2003, p. 16) e Ribeiro (2010, p. 302) apontam o SILLON¹ como o movimento de inspiração da experiência francesa. Esse movimento social foi o responsável pela criação da Secretaria Central das Iniciativas Rurais (SCIR) de onde surgiram os protagonistas que iniciaram a experiência com a Maison Familiale Rurale (MFR). O engajamento desse movimento na busca por soluções para o meio rural era evidente nos objetivos que trazia:

Discutir o contexto social e a transformação da sociedade francesa; discutir a organização profissional e os problemas enfrentados no meio rural; organizar os agricultores através do sindicato e cooperativas; transformar as mentalidades através de um processo educativo permanente. (BEGNAMI, 2003, p. 22).

A Secretaria Central das Iniciativas Rurais (SCIR) caracterizava-se como uma continuidade do Sillon e era vinculada ao sindicato agrícola pretendendo em suas ações desenvolver o meio rural. Vale ressaltar que uma dessas ações da SCIR incluía investimentos para uma formação que fosse adaptada a realidade dos jovens rurais (BEGNAMI, 2003, p. 23). Foi dentro dessa organização marcada pelo sindicalismo agrícola que surgiram as primeiras ideias que originaram as MFRs, por meio de seus protagonistas inspirados no pensamento social cristão, difundido pela Igreja Católica que se voltada para as questões sociais em um período de bastante agitação.

É importante destacar que estes dois pontos aqui abordados - o desinteresse do Estado pela educação dos camponeses refletido no total descaso por parte deste em relação às políticas públicas voltadas para a educação dessas populações e, a ação dos camponeses engajados nos movimentos sociais do campo em busca dos seus direitos, principalmente aqueles referentes à educação, vão permear toda a trajetória de criação das EFAs desde sua origem na França e posteriormente aqui no Brasil.

¹ Sillon significa sulco em francês. Surgiu em 1894 a partir da revista *Le Sillon* que trazia a ideia de sulcar a terra preparando-a para o plantio e a semente, uma analogia ao movimento que pretendia “preparar os agricultores, através da formação e da mudança de mentalidade, para ações afirmativas de participação, organização e protagonismo” (Begnami, 2003, p. 22; nota 4 de rodapé).

É essa escola rural descontextualizada que será contestada pelos agricultores franceses organizados em seus movimentos sociais do campo – a SCIR e os sindicatos agrícolas – fazendo surgir uma alternativa de formação integral e humana, voltada para a realidade, especificidade e o interesse dos jovens do campo e que na França serão chamadas de Maisons Familiales Rurales (MFRs).

1.1.2 Um jovem desiludido, um pai preocupado e um padre sensibilizado socialmente: inicia a experiência educativa.

A experiência surgida na França não teve participação do Estado nem influência dos seus esforços em prol dos camponeses, como afirmamos no tópico anterior, mas foi fecundada entre as discussões e reflexões de um grupo de camponeses que buscava soluções para o meio rural, especificamente para a educação ofertada aos seus filhos na época, e um pároco que se sensibilizava com a situação de abandono na qual os camponeses se encontravam.

A experiência com a CRF se inicia em 1935 na região de Lot-et-Garonne, em Sérignac- Péboudou, sudoeste da França, com a recusa do filho do agricultor Jean Peyrat, Yves Peyrat, em levar adiante seus estudos na escola urbana, o que trouxe angústias ao seu pai ao ouvir os lamentos do filho: “Papai, eu quero muito te obedecer em tudo, mas sobre os cursos complementares está decidido; eu não voltarei mais lá, eu quero trabalhar contigo!” (RIBEIRO, 2010, p. 293; QUEIROZ et al., 2006, p. 17).

As palavras de Yves são fundamentais para evidenciar todo o descaso para com a educação dada aos filhos dos agricultores na França, e a falta de relação desse ensino com a realidade na qual viviam. A frase revela um jovem resolutivo diante da realidade de um ensino que não era adequado às suas necessidades, seu trabalho e sua vida de homem do campo e ainda seu desejo de não desligar-se de sua comunidade e de sua terra.

Para se entender a razão da inadequação do ensino frente à realidade na qual os agricultores viviam na França de 1930 é preciso lembrar que a educação oferecida

às populações rurais, historicamente, sempre foi marcada por um modelo urbano, pensado e criado para os cidadãos, não levando em conta a realidade, o contexto e as especificidades do meio rural.

Essas comunidades sempre foram esquecidas, marginalizadas e excluídas, principalmente pelos poderes públicos que se ausentam e negam até os dias atuais os seus direitos, incluindo aqueles referentes à educação. Por isso, tornava-se mais que necessário para os camponeses franceses ir em busca de alternativas educativas para seus filhos naquele momento histórico da década de 1930.

Imediatamente, após ouvir as palavras do filho, Jean Peyrat empenha-se na busca de uma solução para o problema enfrentado. Recorre então ao Padre Abbé Granereau, amigo seu que também fazia parte da SCIR e era um incentivador nos movimentos sociais. O pároco era filho de agricultores, havia se formado no pensamento social católico e também tinha influências do SILLON (BEGNAMI, 2003, p. 24). Conhecia de perto os problemas enfrentados pelos agricultores, pois se envolvia nas questões políticas e sociais do campo e angustiava-se diante da realidade de abandono que presenciava.

A militância e o envolvimento do pároco com as questões do campo antecede este momento de discussão e reflexão com Jean Peyrat e o demais camponeses na década de 1930:

Desde 1911 Abbé Granereau tinha fundado um sindicato rural no intuito de ajudar os camponeses a superarem o isolamento e o individualismo através de algumas elites. Em 1914, ele chegou à conclusão que o problema agrícola nada mais era que um problema de escola, isto é, de uma formação capaz de preparar chefes de pequenas empresas rurais. Em 1930 deixou voluntariamente uma grande paróquia urbana para se instalar na pequena paróquia rural de Sérignac – Péboudou. Exatamente aqui, após muitas dificuldades, no dia 21 de novembro de 1935, quatro alunos se apresentaram à casa paroquial. O Abbé Granereau mostrava-lhes a Igreja, o presbitério, a casa paroquial, sublinhando que tudo aquilo tinha um aspecto de ruína e acrescentava: ‘ tudo isto é símbolo do mundo

rural... se quiserem começaremos algo que mudará tudo' (NOSELLA, 1977, p. 20 apud CAVALCANTE, 2007, p.60).

Após muitas discussões, reflexões e alternativas que foram apresentadas aos agricultores pelo pároco, a solução encontrada pelos mesmos foi a criação de uma escola cujo modelo de educação e formação correspondesse à realidade e necessidade dos camponeses. Essa educação deveria incluir uma formação técnica, geral, humana e religiosa como estava expresso nos conteúdos básicos do currículo idealizado pelos camponeses para a escola alternativa:

- a) “Uma formação técnica com aprendizagens práticas e muitas observações no terreno, o livro natural do campo;
- b) Uma formação geral para formar a personalidade, compreender as técnicas, por isso era importante estudar história, matemática e linguagem para se expressar por escrito e oralmente;
- c) Uma formação religiosa com a finalidade de preparar para a vida, para o sucesso profissional e a realização humana. “O êxito material só, não traz a felicidade!” (NOVE-JOSSERAND, 1998, p. 4 apud BEGNAMI, 2003, p. 25).

Então, em 21 de novembro de 1935 quatro jovens filhos de agricultores francêses formaram a primeira turma que iniciaria uma experiência de formação que se expandiria pelo mundo levando um modelo alternativo de educação para as populações camponesas, historicamente excluídas das políticas educacionais. Os primeiros momentos desta experiência ocorreram na casa paroquial cedida por Granereau que tomou para si a responsabilidade inicial da formação dos jovens (BEGNAMI, 2003, p.26).

A nova experiência que mais tarde receberia o nome de Maison Familiare Rurale foi palco para o nascimento de uma metodologia que posteriormente seria adotada pelas EFAs em todo o mundo – a Pedagogia da Alternância. A dinâmica pedagógica da nova escola para os camponeses se traduzia na articulação entre o “Tempo - Escola (TE) e o Tempo - Comunidade (TC)” (RIBEIRO, 2010, p. 292). Os alunos

permaneciam uma semana na casa paroquial para adquirirem o conhecimento teórico e três semanas na propriedade para a aplicação do conhecimento prático (ESTEVAM, 2003, p. 34).

Após a ida dos quatro jovens para a escola a experiência começa a se expandir agregando outras famílias que se juntaram ao movimento e criaram a Seção de Aprendizagem do SCIR cujo Estatuto orientou as atividades realizadas com os quatro jovens e que foram definidas em seus artigos os quais deixaram claros que a experiência ocorreria em regime de internato, porém com a presença e a responsabilidade da família no processo de aprendizagem (QUEIROZ et al., 2006, p. 18) . Sobre o referido Estatuto Queiroz (2006, p.17) também afirma:

O Estatuto dessa Seção é ilustrativo do processo em curso e de uma atualidade surpreendente. Ele revela a riqueza e a coerência entre o SCIR, aspirações e necessidades dos agricultores, os desejos dos jovens e a continuidade do trabalho do Sulco Rural, colocando em prática o que fora proposto no início do século.

Nos dois primeiros anos da experiência que foram realizados em Sérignac-Péboudou podemos observar que esses foram momentos de organização marcados por discussões, reuniões e reflexões por parte dos agricultores empenhados com o trabalho da alternância; foi também um momento de crescimento no qual muitas famílias aderiram ao movimento em apoio à iniciativa do padre e dos camponeses que buscavam resposta para as necessidades que enfrentavam no meio rural, principalmente aquelas referentes à educação.

Toda essa organização dos agricultores e o empenho dos mesmos pela experiência educativa tornam-se mais evidentes quando em outubro de 1936 o SCIR resolve “relatar, analisar e divulgar a experiência de formação dos jovens de Sérignac – Péboudou” através da publicação de um documento (QUEIROZ, 2006, p. 18). Isso reforça o que dissemos anteriormente sobre a comunidade tomar a iniciativa e assumir o papel do Estado diante das lacunas deixadas por este no que se refere às políticas públicas destinadas às camadas populares e aos grupos historicamente esquecidos, neste caso, os habitantes das zonas rurais francesas.

Conforme o que dissemos, os agricultores organizavam-se cada vez mais à medida que as necessidades cresciam no meio rural no qual viviam e isso fez com que em 1937, diante dos problemas que enfrentavam para realizar o escoamento da ameixa que era produzida na região, os camponeses criaram uma cooperativa, confirmando o que foi dito em momento anterior quando afirmamos que a iniciativa dos mesmos não se restringia somente a problemas referentes à formação dos jovens daquela comunidade, mas atingia todos os setores da vida social daquelas pessoas.

No mesmo ano no qual a cooperativa foi criada, diante da demanda que existia em busca da experiência existente em Sérignac – Péboudou, ficou evidente para os agricultores que a mesma deveria ser ampliada e organizada de forma que permitisse a inserção de outros jovens interessados, inclusive moças, foi então que em Abril de 1937 as atividades foram transferidas de Sérignac - Péboudou para Lauzun onde, segundo Queiroz (2006, p. 20), sete meses depois iniciou a “Casa Familiar” que abrigou quarenta alunos com cursos noturnos para jovens mais velhos e “jornadas rurais mensais para as meninas e a edição de um jornal denominado A Casa Familiar”.

De acordo com o autor supracitado, todas essas mudanças – a transferência da experiência para Lauzun, a demanda de jovens interessados, a cooperativa que crescia, fez com que as famílias repensassem nas responsabilidades que recaíam sobre Granereau e sobre o SCIR. E então, em uma decisão tomada em Assembleia ficou decidido que, através de uma mudança nos estatutos, as famílias assumiriam a responsabilidade legal e financeira do SCIR e do pároco, respectivamente.

De acordo com Queiroz (2006, p.20), este momento entre a criação da escola e a transferência da mesma para Lauzun contribuiu para colocar as bases para o desenvolvimento, a organização e a expansão da experiência. Após este momento na França a experiência vai se expandir pela Europa e mais tarde em outros países. Ainda na Europa, a experiências chegam à Itália em 1961 e mais tarde, influenciada por estas, ao território brasileiro.

1.1.3. A consolidação e a expansão da experiência: da França para o mundo.

Segundo Cavalcante (2007), na década de 1940, outras escolas surgiram no interior da França – chegando inclusive a um total de dezessete em todo o país, inicialmente - como frutos da divulgação da primeira experiência resultando também na profissionalização da Pedagogia da Alternância (CAVALCANTE, 2007, p. 61). Este momento de expansão da Pedagogia da Alternância desperta nossa atenção para a força que o movimento representava em um país devastado pela guerra, ainda mais se levarmos em consideração que o mesmo foi pensado e gestado por simples camponeses que buscavam uma alternativa educacional que contemplasse seus anseios e as características específicas de sua população e seu meio.

Descrevendo o período em questão, Ribeiro (2010) diz que durante a segunda guerra mundial no momento de ocupação do território francês pelos alemães, em 1942, é organizada a Union Nationale de las Maisons Familiales Rurales - UNMFRs que surgiram para coordenar as MFRs enquanto estas se tornam organizações cooperativas e se responsabilizavam pelo funcionamento dos centros de formação em alternância (RIBEIRO, 2010 pp 294, 295).

Em 1945, quando finalmente a Segunda Guerra Mundial chegou ao fim e boa parte da Europa encontrava-se devastada com milhões de mortos e feridos, desabrigados e famintos devidos os combates, as Maisons chegaram a um número de 587 em toda a França (CAVALCANTE, 2007, p 61). Ribeiro (2010) também descreve o período de término da Segunda Guerra Mundial como um momento de expansão da MFRs não somente pela França, mas por toda a Europa, África, América, Ásia e Oceania o que as fez organizarem-se em uma Associação Internacional, a AIMFR (RIBEIRO, 2010 p. 295).

Anos mais tarde, após o processo de expansão das experiências francesas, nos primeiros anos da década de 1960, surgiu na Itália outro movimento que adotava a alternância como método e que fez nascer naquele país as primeiras experiências conhecidas como Escolas Famílias Agrícolas. As EFAs italianas surgiram entre os anos de 1961 e 1962 em Soligo (Treviso) e em Repes (Aucona) nos anos de 1963 e 1964. A experiência com Alternância foi criada na Itália de forma bem diferente

daquela que emergiu na França em 1935, pois aquelas receberam apoio por parte dos poderes públicos enquanto que as francesas não foram contempladas pelos mesmos (RIBEIRO, 2010, p. 295).

Esse apoio por parte dos poderes públicos às EFA's italianas trouxe para as mesmas dois resultados distintos. Por um lado estas escolas não tiveram muitas dificuldades para sua execução como ocorreu naquelas de origem francesa onde o poder público se manteve distante e o apoio partiu da Igreja; por outro lado, os professores que trabalhavam nas mesmas foram cedidos pela rede pública e não eram motivados, apresentando pouco envolvimento com o projeto de alternância adotados pelas instituições, o que não aconteceu com os monitores das CFR's na França (RIBEIRO, 2010, p. 295).

Sobre a experiência da Pedagogia da Alternância na Itália, Cavalcante (2007, p. 67) afirma que a mesma teve curta duração, pois entre as décadas de 1960 e 1970 ela conheceu seu ápice e um esfriamento provocados pela intensificação do êxodo rural da época, à falta de educadores com formação em alternância “e ao insuficiente envolvimento das bases nos contextos escolares” (CAVALCANTE, 2007, p. 66). É importante ressaltar que os estudos sobre as experiências que utilizam a Pedagogia da Alternância como método são bastante embrionários, porém as pesquisas sobre as EFAs são encontradas em um número bem maior que aqueles que abordam a experiência com a Alternância nas CFRs.

Por fim, as experiências italianas romperam as fronteiras e chegaram ao Brasil no final da década de 1960, em um período de grande turbulência nacional marcado por greves e protestos contra a ditadura militar; influenciando na criação das primeiras EFA's no estado do Espírito Santo, através de um processo inverso daquele originado na França, primeiro porque antecederam as CFRs no processo de criação e segundo porque não tiveram apoio algum por parte dos poderes públicos.

1.2. A chegada da EFA em solo brasileiro.

1.2.1 Uma alternativa para o meio rural capixaba.

A década de 1960 marcou a história do Brasil como um dos momentos de maior efervescência e divergências políticas e sociais ocorridos em nosso país. Diante da crise política que o país vivia e que foi agravada com o governo do presidente João Goulart e sua proposta de reformas de base altamente criticada pelos conservadores da época, surgiu a Ditadura Militar em 1964, um período político no qual cinco generais se alternaram a frente do poder. Sob o discurso de defender a ordem, os militares instalaram em nosso país um regime opressor que restringiu os direitos das pessoas e cerceou a democracia e cujo fim ocorreu em 1985 com a abertura política à redemocratização.

Os anos de ditadura militar foi um período bastante sombrio para toda população brasileira, pois o modelo desenvolvimentista do governo favorecia as classes altas em detrimento da classe baixa que foi marginalizada. Foi um período de grandes transformações no meio rural, de acordo com Fernandes (2000), através da priorização da agricultura capitalista o que fez com que a agricultura camponesa fosse modernizada tecnologicamente provocando assim um grande êxodo rural (FERNANDES, 2000, p.41).

As classes que eram sufocadas dentro do regime saíram às ruas em protestos e manifestações em busca de seus direitos. Em meados da década de 1960 eclodiram lutas no campo em todo o território nacional, e o governo militar buscou desarticular a luta dos camponeses que foram duramente reprimidos, perseguidos, mortos, aniquilados e humilhados (FERNANDES, 2000, 41).

É neste momento de grande agitação nacional que as EFAs chegam ao Brasil no final da década de 1960 no estado do Espírito Santo, sob a influência do padre italiano Humberto Pietrogrande que chegara ao país em 1965 e logo se sensibilizara com a situação de pobreza e abandono do meio rural capixaba. Neste período a pobreza e o abandono caracterizavam a realidade rural do estado que viva uma

crise socioeconômica. A escola surgiu para promover humana e socialmente os imigrantes italianos que foram prejudicados pela política de erradicação do café do Governo Federal e sobreviviam em condições desumanas (ZAMBERLAN, p. 34).

Diante da realidade existente no rural do Espírito Santo, foi criado em 1968 sob influências cristãs para viabilizar o processo de criação da EFA, o Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES), uma “entidade civil mantenedora, filantrópica, sem fins lucrativos” (BEGNAMI, p. 31). As primeiras escolas tiveram a influência das experiências italianas e foram implantadas e mantidas graças a ajuda de uma ONG italiana, a Associação dos Amigos do Estado Brasileiro do Espírito Santo (AES) (NOSELLA, 1977, pp 34-40 apud BEGNAMI, p. 31).

Em 1969 a experiência se iniciou com a criação de três escolas em Olivânia, Alfredo Chaves e Rio Novo do Sul e recebeu o nome de Escola Família Rural (ZAMBERLAN, p. 33). De acordo com Begnami (p.32), essas escolas foram criadas primeiramente para homens, jovens filhos de agricultores com mais de 16 anos. Segundo o mesmo autor essas escola eram informais, ou seja, funcionavam sem autorização legal dos órgãos responsáveis. O que importava neste momento era criar as escolas (Idem).

A partir de 1970 discute-se a implantação de unidades para meninas em Iconha e a expansão da experiência para o norte do estado nas cidades de São Mateus, São Gabriel da Palha e Barra de São Francisco, mas, a tentativa de criação de escolas distintas para meninos e meninas não prosperou. A associação formada pelas famílias, pais e entidades afins, responsável pela gestão destas escolas, ainda não existia neste período. A responsabilidade financeira e de gestão recaía sobre o MEPES.

A partir do ano de 1972 as escolas capixabas entraram na fase de legalização com a criação dos Cursos Supletivos Regulares. Os cursos que inicialmente duravam apenas dois anos e depois se estenderam para três atendiam a jovens com mais de 14 anos que ao final recebiam diploma de conclusão do Ensino Fundamental e “pré-qualificação profissional em agropecuária” (BEGNAMI, p. 33). O autor destaca a

criação do Centro de Formação de Monitores na primeira metade da década de 1970, para manter a identidade do projeto.

No ano de 1976 foi criada em Olivânia, município capixaba de Anchieta, o primeiro curso de Ensino Médio e profissionalizante em agropecuária. O curso era destinado aos jovens que terminavam o ensino fundamental. Depois de Olivânia houve expansão dos cursos para outras escolas. Após o processo de expansão das escolas para o norte do estado do Espírito Santo as escolas são levadas para outros estados. O primeiro a receber a experiência fora do Espírito Santo foi o estado da Bahia.

Segundo Begnami (p. 34) as EFAs vão se expandir pelo país em um período de agitação nacional devido ao processo de redemocratização do país, onde as escolas destinadas aos camponeses encontram-se fechadas e os movimentos sociais do campo passam a reivindicar uma educação voltada para suas realidades.

1.2.2 A alternativa em solo baiano.²

Depois do Espírito Santo foi a vez da Bahia conhecer a experiência da Pedagogia da Alternância. De acordo com Cavalcante (2007), a introdução das EFAs na Bahia ocorreu por meio da influência da Igreja Católica através do educador belga, De Burghgrave era ligado aos trabalhos da Igreja e veio ao território baiano para trabalhar em um projeto voluntário junto a jovens rurais do sertão em 1970 (CAVALCANTE, 2007, p 124).

Em sua pesquisa de campo sobre a origem das EFAs em solo baiano, Cavalcante (2007) trazendo relatos do educador De Burghgrave sobre o período, afirma que a realidade do rural baiano e a problemática enfrentada por sua juventude trouxeram ao mesmo um grande choque devido às impossibilidades que criavam ao seu trabalho, o que o fez pensar em desistir. Foi quando, em 1973, a convite do jesuíta que o trouxe para o Brasil, o educador conheceu outra alternativa para o trabalho

² A construção dessa subseção teve como referência a tese de doutorado de Ludmila Oliveira Holanda Cavalcante intitulada "A Escola Família Agrícola do sertão: entre os percursos sociais, trajetórias pessoais e implicações ambientais" que traz o percurso histórico das EFAs e sua inserção no território baiano.

com os jovens baianos: a EFA do Espírito Santo que havia sido criada recentemente. (CAVALCANTE, 2007, p. 124)

Como foi dito em momento anterior, o trabalho da Igreja Católica foi marcante para a criação e a expansão das Escolas Família Agrícolas na França e aqui no Brasil. Referindo-se sobre o envolvimento da entidade no trabalho com as instituições, Cavalcante (2007, p. 124) afirma que “[...] o comprometimento e interesse da Igreja católica na proposta da escola família advém da visão que a mesma tem das EFA como um possível veículo de formação educacional no rural que comunga com os preceitos da formação cristã.”

Após conhecer a experiência do Espírito Santo, De Burghgrave retornou animado para implantar a escola na Bahia. Realizou uma pesquisa para identificar em qual cidade a EFA poderia ser implantada e devido ao número considerável de pequenos agricultores e propriedades existentes e ao forte trabalho que a Igreja realizava através das Comunidades Eclesiais de Base (CEB), o município de Brotas de Macaúbas apresentou o perfil adequado para receber a experiência. (Cavalcante, 2007, p. 125).

A EFA de Brotas de Macaúbas foi criada em 1974 sendo a experiência pioneira no território baiano. Sua viabilização se deu por meio do trabalho da Igreja, cuja penetração no espaço ocorreu através dos trabalhos do Pe João que exercia forte influência religiosa e política devido seu trabalho junto aos movimentos populares. Nesse período, o educador De Burghgrave foi enviado ao Espírito Santo para receber um curso intensivo de Pedagogia da Alternância, retornando então para ajudar a fundar a primeira Escola Família Agrícola que se chamou Escola Comunidade Rural, em 1975. (CAVALCANTE, 2007, p. 125).

Infelizmente, apesar de todo o empenho do Pe. João na liderança do projeto o mesmo não resistiu quando sua organização foi colocada nas mãos da comunidade local. Cavalcante identifica o fracasso da experiência em Brotas como fruto da dificuldade por parte dos agricultores da localidade em organizar de forma autônoma o projeto. Ainda salienta que a ideia de participação social e gestão participativa, fundamentos da EFA, ainda não era claramente assimiladas na década de 1970. (CAVALCANTE, 2007, p. 126).

Prosseguindo na pesquisa sobre a introdução da Pedagogia da Alternância na Bahia, Cavalcante (2007) chama atenção para o trabalho que foi realizado pelo Pe. Aldo, um religioso nascido na Itália que chegou ao Brasil no final da década de 1960 no município de São Mateus. Segundo a referida autora, o pároco foi grande incentivador e divulgador da proposta da Pedagogia da Alternância no território baiano após ter conhecido os trabalhos dos padre jesuítas e da AES no Espírito Santo.

O Padre foi um grande militante junto aos agricultores e realizou um grande trabalho junto ao povo incentivando e organizando-o o que fez com que despertasse a atenção do governo militar vigente na época do qual sofreu perseguição que o fez sair do Espírito Santo de volta para sua terra natal a Itália. Tempos depois, em 1973 o Pe. Aldo retorna para concretizar o sonho da EFA no estado da Bahia.

No retorno à Bahia, Pe. Aldo instalou-se em Caetité foi nomeado vigário de Riacho de Santana onde iniciou os trabalhos com as EFA's em 1970. Cinco anos mais tarde, em 1975 enviou três professores para o Espírito Santo a fim de formar recursos humanos para o trabalho com a Pedagogia da Alternância. Foi também por iniciativa do Pe. Aldo que, dois anos depois, nasceu o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e a Associação Beneficente Promocional Agrícola (ABEPARS) de Riacho de Santana o que culminou na a criação da Escola Família Agrícola local no ano de 1979.

Com o objetivo de articular as EFAs a nível nacional, em 1979 foi criada a Associação das Escolas das Comunidades e Famílias Agrícolas da Bahia (AECOFABA). Enquanto a AECOFABA vai articulando e apoiando as escolas existentes, o trabalho incansável e a militância do padre Aldo vão fazendo surgir mais escolas no território baiano: foram 12 escolas em um período de cinco anos. Atualmente, a Bahia é o maior estado em número de EFAs no país. O aumento do número de EFAs no Brasil fez com que anos mais tarde, em 1982 fosse criada a União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas no Brasil (UNEFAB), uma entidade surgida para articular as escolas a nível nacional.

As Escolas Famílias Agrícolas no Brasil influenciaram a criação de outros centros cuja proposta educativa tem como referencial teórico- metodológico a Pedagogia da

Alternância. Estes receberam o nome de Centros Familiares de Formação em Alternância - CEFFAS. Essas escolas inseriram-se no território brasileiro, nos diferentes contextos locais, levando aos agricultores uma alternativa de educação voltada para a realidade desses sujeitos.

É essa escola em consonância com a vida e as necessidades do meio rural que será projetada e criada para o meio rural de Quixabeira, mais um dos municípios baianos onde essas escolas foram implantadas. No contexto quixabeirense, os agricultores organizados nos movimentos sociais trarão a proposta para o contexto local na perspectiva de uma educação contextualizada e do desenvolvimento local, da convivência com o semiárido e da melhoria da qualidade de vida dos agricultores.

2 O MUNICÍPIO DE QUIXABEIRA ³E A EFA DE JABOTICABA:

O presente capítulo caracteriza o município de Quixabeira histórica, social, educacional e economicamente mostrando a realidade deste município predominantemente rural do semiárido baiano. Na sequência, apresenta a luta dos agricultores, organizados em movimentos sociais, por melhores condições de vida e sobrevivência no semiárido e por uma educação voltada para suas realidades, o que culminou na criação da Associação dos Pequenos Produtores de Jaboticaba (APPJ) e na Escola Família Agrícola de Jaboticaba.

2.1 Aspectos históricos, socioeconômicos e educacionais do município de Quixabeira.

³ A fonte histórica utilizada para a sistematização do capítulo, especificamente sobre os dados históricos do município, foi a obra Fundação e Evolução de Quixabeira de Dalberto Lima, dada a inexistência de obras que tragam a história do município, exceto esta citada anteriormente.

O nome Quixabeira tem sua origem em uma planta nativa da região, a *Bumelia sertorium Mart*, uma árvore que chega a tingir 15m de altura e produz um fruto adocicado; sua folhas e casca são bastante utilizadas para fins medicinais. A história do município principia no início década de 1940, resultante do sonho de seu fundador, Martinho Pereira Lima, que no ano de 1943 resolve criar um povoado nas terras situadas na Fazenda Lagoa das Quixabeiras que pertenciam ao seu sogro José Sousa Novais, conhecido popularmente como Zé de Belau.

O sogro muito chateado com a insistência do genro e sentindo-se ofendido com a relutância deste em criar o tal povoado, vendeu suas terras e partiu para fixar morada em outro lugar onde faleceu sem jamais ter voltado para contemplar a cidade que despontava em suas terras. Martinho então prosseguiria com seu sonho de criar o povoado.

É importante ressaltar que a fazenda onde o povoado surgiu localizava-se em terras que pertenciam ao município de Jacobina, às margens de uma estrada que fazia ligação entre São José do Jacuípe à Itapeipú por onde passavam tropeiros que vinham do sul do estado transportando mantimentos. A fazenda, por estar em local estratégico, servia de pouso para os tropeiros que ali faziam paradas e também consumiam os produtos da região, fortalecendo o comércio local.

Certo de que seu plano prosperaria devido a grande movimentação presente naquela fazenda, Martinho resolve dar os primeiros passos na criação do povoado: em mutirão preparou um terreno e construiu ali uma casa. O sonho começava a germinar. Logo, a convite seu, os amigos mais próximos - Amado Souza Lopes, José Gonçalves da Silva (Zé Grande), Lizânio Gonçalves de Oliveira, José Hilário dos Santos e Etelvino Carneiro de Oliveira, foram chegando, construindo suas casas e comércios, povoando o lugar.

A organização do pequeno povoado prossegue e no ano de 1943 o pequeno grupo de moradores organiza a primeira feira livre para fortalecer o comércio da região. Exatamente em um domingo, no dia 21 de abril do referido ano, foi realizada a primeira feira do município à sombra de um umbuzeiro, árvore nativa da região, com a comercialização de vários produtos para mantimento das pessoas que ali viviam: feijão, ovos, carne, farinha de mandioca etc.

A pequena feira que garantia a sobrevivência e a manutenção daquela gente que ali vendiam e compravam seus produtos, durante seu processo de organização foi estabelecida em outros dias diferentes sem que tivesse êxito, e por causa da seca que sempre assola a região quase chegou a ser extinta, até que se firmou no dia de quinta-feira no qual até hoje acontece. A feira ganhou força com a instalação do campo do gado onde os pecuaristas trazem seus animais para serem comercializados.

Assim Quixabeira foi crescendo e do pequeno povoado nasceu uma pequena vila com alguns moradores. Na pequena vila o único meio de transporte utilizado na região eram os animais, bastante utilizados na locomoção das pessoas e para carregar alguns produtos. Os animais facilitavam a vida dos moradores, pois através dos mesmos fazia-se o serviço do correio e também se transportava alguns produtos que não eram produzidos na região: café, trigo, óleo etc.

No ano de 1968 um acontecimento contribuiria para transformar o pequeno povoado em uma cidade. No referido ano, Serrolândia é desmembrada do município de Jacobina através de sua emancipação política e o pequeno povoado de Quixabeira que antes era território de Jacobina passa a pertencer ao novo município. Dois anos depois, em 1970, o então vereador Raulindo de Araújo Rios vai à Câmara de vereadores apresentar um projeto para elevação do povoado de Quixabeira à condição de distrito, o que aconteceu somente em 1978.

A partir desse momento começou uma luta protagonizada pelas forças políticas locais e pelo povo na Assembleia Legislativa da Bahia pela emancipação de Quixabeira. A decisão veio através de um plebiscito que contou com a participação popular e o apoio do povo pelo desmembramento ocorrido somente onze anos depois, no dia 13 de junho de 1989. Quixabeira passa então a ser município após 46 anos de sua fundação.

Atualmente, o município de Quixabeira possui uma área de 368 km² e está localizado dentro do polígono da seca; apresenta clima semiárido, com densidade pluviométrica de 500 a 800 mm/ano e temperatura média anual de 28° C, sendo a caatinga a vegetação predominante. Geograficamente, Quixabeira situa-se 431

metros acima do nível do mar, no Piemonte da Chapada Diamantina, no noroeste baiano, a 300 km da capital, Salvador, e faz parte da Bacia do Jacuípe.

Seus limites compreendem: Norte: Jacobina; Sul: São José do Jacuípe e Várzea da Roça; Leste: Capim Grosso e Oeste: Serrolândia. Seu território é formado por seis povoados: Alto do Capim, Baixa Grande, Campo Verde, Cova do Anjo, Ramal e Várzea do Canto e um distrito: Jaboticaba.

É importante ressaltar que o distrito de Jaboticaba foi fundado em 1954 por Manuel Avelino. Localiza-se a 3 km de distância do rio Jacuípe onde foi criada a barragem João Durval Carneiro, conhecida popularmente como barragem de São José, e possui uma economia predominantemente agrícola. Foi neste distrito que os agricultores fundaram a Escola Família Agrícola de Jaboticaba e onde se encontra a sede do projeto de convivência com o semiárido, o Conviver, objetos nesta pesquisa.

A população do município Quixabeira é 9.544, sendo que 3.310, ou seja, 38,3% de seus moradores residem em áreas urbanas e os 5.891 restantes, que correspondem a 61,7%, localizam-se na zona rural (IBGE, 2010). Estes dados fazem-nos caracterizar o município como predominantemente rural. Quixabeira é um município marcado pela pobreza e os baixos índices de desenvolvimento humano como fica evidente na tabela 1.

Tabela 1 – Indicadores sociais do município de Quixabeira.

IDHM	IDHM (renda)	IDHM (longevidade)	IDHM (educação)
0,606	0,475	0,627	0,715

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil. Ipea/Pnud/ 2003.

A principal atividade econômica do município é a agricultura e dela depende a sobrevivência da maior parte de sua população que a pratica com larga utilização da mão de obra familiar. Apesar do clima seco e da escassez de chuva, os agricultores cultivam vários gêneros agrícolas como feijão, milho, mandioca, sisal etc. (Tabela 2)

que são utilizados para consumo próprio e são comercializados em menor quantidade.

Tabela 2 – Cultura do município

Cultura	Área Plantada (ha)	Área Colhida (ha)	Quantidade Produzida (t)	Valor em R\$ (x 1.000)
Batata-doce	2	2	20	8
Feijão (grão)	540	510	327	392
Mamona (baga)	140	140	126	88
Mandioca	720	720	10 080	726
Melancia	18	18	243	64
Milho (grão)	480	445	315	126
Sisal	880	830	768	614
Tomate	5	5	175	105

FONTE: IBGE, Censo Agropecuário (2006).

A pecuária também se caracteriza como uma atividade econômica de relevância no município (Tabela 3). A criação de animais é uma prática que também garante a sobrevivência da população que os utiliza para consumo e também para a venda. Os fatores ambientais afetam essa parte da economia quixabeirense, pois quando o período da seca chega, muitos agricultores perdem seus rebanhos por falta de alimento e água.

Tabela 3 – Efetivo da pecuária do município

Total de Estabelecimentos	Bovinos	Caprinos	Ovinos	Suínos	Aves
1498	10 899	1589	6580	1717	20 230

FONTE: IBGE, Censo Agropecuário (2006)

Atualmente a cidade é abastecida com as águas da barragem João Durval Carneiro sob a responsabilidade da Empresa Baiana de Água e Saneamento (EMBASA). Além do fornecimento de água realizado pela EMBASA, a população quixabeirense constrói cisternas para captação e armazenamento da água da chuva destinada

para consumo humano, uma vez que a água que vem da barragem é salobra e é somente utilizada, na maioria das vezes, para trabalhos domésticos de limpeza, de higiene, irrigação de hortas e plantas, para saciar a sede dos animais etc.

É importante salientar que durante anos o município sofreu com a falta de água, e ainda sofre. Anos atrás, antes da construção da barragem, inexistia o atual fornecimento de água realizado pela empresa supracitada. O armazenamento de água era feito nas cisternas, tanques, açudes, lagoas, aguadas etc. que eram grandemente comprometidos nos períodos de estiagem e seca.

Quando se secavam os reservatórios, a solução provinha das carroças de burro e dos caminhões pipas que todos os dias realizavam percursos intermináveis para abastecer os reservatórios da população. O poder local disponibilizava um caminhão pipa para abastecer as famílias que não podiam pagar pelo fornecimento feito por particulares; o serviço era realizado em local estratégico onde filas enormes de pessoas se formavam em busca de um balde de água que fosse para suprir suas necessidades.

A energia do município é fornecida pela COELBA e atualmente estende-se até algumas propriedades rurais. O saneamento no município por sua vez é feito por meio de esgotamento sanitário através de fossas sépticas construídas pelos próprios moradores que não dispõem de outro sistema de esgotamento.

O comércio local iniciado tempos atrás com a pequena venda de Martinho nas terras da fazenda é composto por farmácias, mercadinhos, padarias, lojas de móveis, casas de produtos agropecuários, bares, lanchonetes e a feira livre que sempre foi destaque na região atraindo ambulantes de várias cidades e fortalecendo a economia. Mesmo com o pequeno comércio local, a população costumeiramente desloca-se para cidades circunvizinhas como Capim Grosso e para Jacobina com o objetivo de comprar, obter atendimento médico e estudar.

No âmbito educacional, de acordo com dados do Censo de Ensino de 2009 do IBGE, no que se refere à rede escolar, no município existia 16 escolas de Ensino Pré-Escolar, sendo 14 municipais e 2 particulares; no Ensino Fundamental, 20 escolas sendo 1 estadual e 17 municipais, ofertavam essa etapa de ensino; já o

Ensino Médio era ofertado em duas escolas: uma estadual e outra municipal, respectivamente.

O Ensino Superior não é ofertado, pois no município não existe instituição voltada para este nível de ensino o que faz a população do município migrar para outras cidades, como Jacobina e Capim Grosso, com objetivo de prosseguir nos estudos. Os jovens que decidem dar continuidade aos estudos deslocam-se para as supracitadas cidades, principalmente Jacobina onde se localiza o Campus IV da Universidade Estadual da Bahia (UNEB).

Vale ressaltar que, atualmente, os jovens que cursam o nível superior contam com o apoio da prefeitura que disponibiliza transporte para a locomoção dos mesmos até as universidades, o que não acontecia anteriormente onde os estudantes penavam para terminar seus cursos, pois em sua maioria não possuíam renda e os custos com materiais e deslocamento tornava o sonho bastante oneroso.

Na saúde o município disponibiliza para sua população postos do Programa de Saúde Familiar (PSF) e um centro de saúde onde também são realizados partos. Nos casos mais graves os pacientes são transportados para unidades de saúde da capital onde recebem atendimento médico especializado.

Historicamente as condições climáticas marcadas pelos longos períodos de estiagem sempre trouxeram preocupações e problemas para os agricultores do município que sobrevivem, como já afirmamos, da agricultura familiar. A falta de chuva ocasiona perda da lavoura, morte dos animais, escassez de água para suprir as necessidades pessoais, baixa qualidade de vida para as comunidades rurais entre outros. Diante da inexistência de programas do governo que os ajudassem neste período e com a falta de técnicas e recursos para o desenvolvimento de suas propriedades e do seu meio, garantindo assim melhorias na qualidade de vida, não restava outra alternativa aos agricultores a não ser abandonar suas propriedades e migrar para os grandes centros urbanos.

Esse êxodo fez parte do percurso histórico de muitos trabalhadores rurais do município que saíam na companhia dos entes queridos ou, na maioria das vezes, pela falta de recursos, tendo que deixa-los naquela triste situação, carregando os

poucos pertences que tinham, deixando para trás suas raízes e suas identidades, em busca de dias melhores. O destino mais procurado por estes trabalhadores era a cidade de São Paulo onde permaneciam até que tivessem notícias de que a chuva havia chegado ao sertão para onde retornavam.

Essa realidade rural quixabeirense condiz com a realidade de pobreza e marginalização na qual as populações rurais no Brasil estão submetidas historicamente. Além dos fatores ambientais, outro agravante da situação dos agricultores que durante anos fez parte deste cenário de descaso foi a falta de uma educação voltada para essa população. Por longos períodos a educação ofertada, em escolas rurais em classes multisseriadas, às populações rurais do Brasil (RIBEIRO, 2010, p. 39), distanciada da realidade dessas minorias, também fez parte da realidade do município.

Na inexistência das escolas rurais que historicamente transmitiram a realidade e o modo de vida urbanos, os filhos dos agricultores eram deslocados para as escolas situadas nas áreas urbanas, muitas vezes em veículos em condições precárias, mas encontravam nestas uma educação que negava suas culturas, suas identidades, suas realidades. As escolas citadinas através de suas concepções, conteúdos e métodos, apenas afirmavam o preconceito e a concepção de atraso que historicamente caracterizaram o mundo rural e seus sujeitos.

A educação ofertada à população rural do município não condizia com a realidade da mesma nem representava seus interesses. A escola em nada correspondia à vida dos agricultores: “A escola rural só tem essa definição devido ao lugar onde está situada, pois seus conteúdos, concepções e métodos são idênticos aos das escolas urbanas, na pressuposição de que as cidades significam o progresso e a civilização.” (RIBEIRO 2010, p. 182).

Foi dentro deste contexto de pobreza e adversidade do município de Quixabeira, que um grupo de agricultores sensibilizados e indignados com a situação na qual se encontravam partiu em busca de alternativas que lhes permitissem conviver em seu meio em condições dignas, enfrentando os problemas econômicos e socioambientais impostos pelas condições climáticas da região, através de uma educação que fosse voltada para suas realidades.

2.2 Uma escola para os filhos dos agricultores.

2.2.1 Os antecedentes históricos: a APPJ.

A trajetória da escola Família Agrícola de Jaboticaba coincide com a história das demais EFAs originadas na França e também aqui no Brasil. A mesma surgiu da mobilização de simples agricultores que, coletivamente e sem ajuda de governos, buscaram uma educação voltada para suas realidades por meio da qual adquiririam conhecimentos que os ajudassem a solucionar os problemas do meio rural.

A educação ofertada nas escolas rurais e citadinas, distante do trabalho e do modo de vida do campo passou a ser questionada pelos agricultores que passaram a lutar por um ensino que transmitisse não o modo de vida da cidade por meio de conteúdos sem nexos com suas realidades, mas uma educação que lhes servisse como instrumento de afirmação de valores, construção de identidade e transformação de suas realidades.

A longa caminhada percorrida por este grupo de agricultores é pautada em uma formação político-religiosa adquirida na prática e nos ensinamentos da Igreja Católica da qual seus membros faziam parte. Essa formação permitiu ao grupo organizar-se política e socialmente desenvolvendo valores como a cooperação, a solidariedade e acima de tudo perseverança diante das dificuldades encontradas pelo caminho.

Os primeiros passos desse movimento que mais tarde faria surgir uma experiência inovadora de educação para o meio rural de Quixabeira ocorrem no início da década de 1980, precisamente no ano de 1983 quando um grupo formado por três famílias, apoiado pela Paróquia de Capim Grosso e inspirado nos Escritos Sagrados que relatam as ações dos apóstolos em suas missões religiosas, passa a promover reuniões religiosas com intuito de orar e visitar outras famílias (Figura 1).



Figura 1: Reunião das famílias fundadoras da APPJ.

Fonte: Acervo fotográfico particular da EFA de Jaboticaba.

O movimento dos agricultores foi ganhando força e crescendo com o tempo. Dois anos mais tarde, em 1985, já eram dezoito famílias que se reuniam. O grupo então decide fazer uma roça comunitária na qual plantariam feijão e com os lucros obtidos da venda do mesmo seria construído um salão para a realização de reuniões e outras atividades. Esse momento marcava o início da organização do movimento, pode-se dizer também que é o momento no qual se começa a firmar sua identidade enquanto organização social.

Neste momento de organização do movimento, os ribeirinhos que tinham terras situadas às margens da barragem João Durval Carneiro, conhecida popularmente como barragem de São José, foram prejudicados com a construção da mesma. Com o apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), o movimento inicia sua história de lutas em prol de seus irmãos. Travam-se conflitos pela posse de terras e pelos direitos dos ribeirinhos, exigindo-se justa indenização para os mesmos.

No ano seguinte, em 1986, surgiu o primeiro projeto idealizado pelo grupo das famílias: O projeto São Vicente: Motor bomba. Esse projeto foi resultante de uma

parceria com a Empresa Assistência Técnica Extensão Rural Bahia (EMATER-BA) e serviria para angariar recursos para a organização através do cultivo de culturas irrigadas, especificamente hortaliças, em uma horta comunitária feita pelos agricultores como mostra a figura 2.



Figura 2: Projeto São Vicente: Motor bomba.

Fonte: Acervo fotográfico particular da EFA de Jaboticaba.

Percebemos através desta ação o que constatamos ao longo do percurso de criação das EFA, o protagonismo dos agricultores na busca pela garantia dos seus direitos e por melhores condições de vida, em face do descaso e da omissão dos poderes públicos. Evidencia-se também um processo de construção pautado na cooperação, na ajuda mútua. Desde seus primeiros passos os agricultores perceberam que juntos poderiam bem mais do que sozinhos. Essa atitude vai contra o discurso presente em nossa atual sociedade que valoriza a busca e os esforços individualizados, menosprezando assim ações coletivas.

O movimento então caminha para sua organização jurídica, fazendo nascer oficialmente em 22 de julho de 1987 a Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Jaboticaba – APPJ, uma entidade filantrópica, sem fins lucrativos, formada para ampliar as ações que já vinham sendo feitas pela comunidade com o objetivo de “Contribuir para a melhoria da qualidade de vida das famílias agricultoras” (APPJ, 2009).

Os objetivos postos pela organização dos agricultores evidenciam as condições precárias nas quais viviam e a luta dos mesmos em busca de melhorias. E foi embebecida pelo desejo de mudança no meio rural do município que a APPJ promoveu sua primeira atividade social criando uma creche destinada a atender 60 crianças de famílias agricultoras de baixa renda, a mesma era mantida com o apoio da Legião Brasileira de Assistência (LBA).

A força do movimento torna-se cada vez mais expressiva, fato comprovado com o número de famílias (46) que já faziam parte da associação dois anos após a criação da APPJ, em 1989. Neste momento mais uma ação vai ser realizada pela associação que busca cada vez mais, através do seu coletivo, transformar seu meio e dar aos agricultores uma perspectiva de vida melhor. As famílias associadas recebem então canoas para a pescaria e passam a fazer parte de outro projeto da entidade chamado Cabra de Corda através do qual seria possibilitada a criação de cabras de forma coletiva.

Nesse processo de caminhada e lutas da APPJ, percebe-se a força e o empenho da organização na busca por construir junto com o seu povo um espaço melhor para se viver. Faz-se notório o comprometimento daqueles que estavam à frente da organização pela “libertação” dos agricultores das condições que os marginalizavam e os oprimiam. Nisto vemos a força de um povo, que mesmo sem prestígio ou poder é capaz de promover as mais ricas e duradouras transformações em seu meio.

Evidencia-se também a participação e a mobilização popular na tomada de decisões e na conversão de propostas em práticas efetivas que geram mudanças sociais, econômicas, humanas e ambientais, por meio de um processo no qual os sujeitos sociais protagonizam de forma autônoma as transformações na realidade local. Afirma-se portanto, o que explicitamos no percurso histórico de criação das EFAs: a iniciativa dos agricultores diante da ausência do poder público em garantir os direitos, principalmente aqueles referentes à educação desses sujeitos.

E foi para ampliar seus espaços de atuação e promover ações que trouxessem melhorias na qualidade de vida da população rural do município que em um momento histórico a direção da APPJ, na pessoa do sr. José Modesto de Souza, assume a direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Quixabeira (STRQ)

configurando uma conquista importante para os 61,7% moradores da zona rural de Quixabeira.

A partir desse momento o grupo passa então a externalizar outro anseio surgido a partir das necessidades presentes na vida dos agricultores: uma educação voltada para suas realidades. Educação essa que fosse capaz de formar os sujeitos fazendo-os refletirem sobre sua realidade, criticando e transformando-a de forma autônoma; que os capacitasse a vencer os desafios socioeconômicos e ambientais impostos e a permanecer em suas realidades.

Essa educação idealizada pelos agricultores de Quixabeira não foi gestada pelos poderes públicos locais que historicamente sempre estiveram apáticos e omissos aos interesses desse grupo, mas é fruto, como vimos do engajamento de pessoas simples e marginalizadas socialmente que buscaram por meio de lutas e suor a garantia dos seus direitos, negados ao longo da nossa história.

Foi assim que surgiu a Escola Família Agrícola de Jaboticaba, uma instituição criada pelos agricultores, organizados nos movimentos sociais, para formar seus filhos através do vínculo com a terra. A criação da escola é análoga à história das demais EFAs no que se refere ao apoio e participação da Igreja Católica através dos padres jesuítas, cuja atuação e engajamento social tornaram-se evidentes na história da criação das escolas, principalmente em solo baiano, como foi mostrado no capítulo anterior.

2.2.2 Criação da EFA de Jaboticaba: do sonho à realidade.



Figura 3: Escola Família Agrícola de Jaboticaba.

Fonte: Acervo fotográfico particular da EFA de Jaboticaba.

A história da Escola Família Agrícola de Jaboticaba é mais uma, como as demais que marcaram o processo de criação das EFAs na França e no Brasil, movida pela iniciativa dos agricultores locais e a atuação da Igreja Católica, através de seus vigários envolvidos nos movimentos sociais, como dissemos anteriormente.

Aqui no Brasil, e especificamente na Bahia, a atuação da Igreja Católica ocorreu através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), responsáveis pela implementação e expansão dessas escolas no campo. As CEBs surgiram em 1960 e foram se espalhando por todo o país sob os ensinamentos da Teologia da Libertação; as mesmas constituíam-se espaços de organização e luta dos trabalhadores contra injustiças e por seus direitos (FERNANDES, 2000, p. 44).

De acordo com Lordelo (2000), a atuação da Igreja em Quixabeira e região iniciou-se nos anos de 1960, especificamente na cidade de Capim Grosso. Neste período o trabalho evangelístico encontrava entraves devido os problemas sociais existentes, principalmente o analfabetismo que assolava a população. Não havia escolas para o povo o que incomodava as lideranças religiosas da Igreja.

Preocupado com esta realidade, Pe Alfredo cria a primeira escola paroquial. Em seguida outras escolas são criadas na região: “Junco, Paraíso, Pedras Altas, Quixabeira, São José, Vaca Brava, Várzea Nova, Piabas, Caém e Gonçalo” (LORDELO, 2000). Todas estas escolas eram mantidas com a ajuda de um deputado da região e de doações que vinham de fora do país. Em 1977 Pe Alfredo é afastado, o trabalho arrefece por falta de verbas e as escolas são fechadas.

Em 1975 os trabalhos são retomados com a chegada do Pe Osmar que de igual forma preocupa-se com as condições sociais e econômicas do povo. Os trabalhos do vigário são voltados para a organização social e a participação popular através da formação de lideranças populares que pudessem assumir de forma autônoma seus trabalhos e lutar por mudanças em suas realidades.

Com a chegada dos padres Pacífico e Egydio que substituíram Osmar nos trabalhos religiosos, a missão humanizadora e libertadora teve seu prosseguimento e logo vieram os resultados: “comunidades organizadas, sindicato de professores, de trabalhadores rurais, círculos bíblicos e o apoio decidido às lutas contra a grilagem de terras no vale do rio do Peixe” (LORDELO, 2000). A presença e a atuação da Igreja Católica na região, através dos padres que a representavam, foram significativas na construção de lideranças maduras e conscientes, como sinaliza Lordelo (2000).

Anos mais tarde, chega à Paróquia de Capim Grosso, em 1991, o padre italiano, da Ordem dos Jesuítas, Xavier Nichele s. j. Xavier chegou ao Brasil em 1968 para concluir seus estudos após ter sido ordenado como sacerdote, atuando nos estados do Sul, Sudeste, Norte e também no Nordeste onde trabalhou em cinco Estados. Aqui chegando, logo se identificou com a vida do homem do campo dedicando-se em seus trabalhos a promover desenvolvimento e melhorias de vida para os agricultores da região (SANTOS, 2011, p. 37).

Em seu envolvimento com a comunidade Pe Xavier foi percebendo as problemáticas existentes no campo. Nesta época, eram realizadas discussões acerca da implantação de tecnologias que garantissem a sobrevivência do homem do campo, feitas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), através de seu coordenador Eliezer, e

a da Diocese de Senhor do Bonfim. O problema é levado para o Pe Xavier que decide formar uma Assembleia, no salão paroquial, com a presença da comunidade.

Na Assembleia, Pe Xavier leva para a comunidade a proposta de criação de uma escola adequada à realidade do campo e onde os filhos dos agricultores teriam formação técnica que os ajudaria a enfrentar os problemas existentes em seu meio. Após este momento, uma equipe partiu para a cidade de Riacho de Santana onde esteve em visita à EFA que havia sido implantada no local.

A experiência educacional presente na Escola Família Agrícola de Riacho de Santana inspirou a equipe do Pe Xavier que ao chegar em Quixabeira, foi logo decidindo o local onde seria erguida a escola. As terras situadas nas proximidades da barragem João Durval Carneiro, postas à venda e que na época eram alvo de disputas entre posseiros e o fazendeiro, dono das mesmas, foram escolhidas para abrigar a escola.

Foi assim que, no dia 08 de dezembro de 1993, após muitas lutas e árduo trabalho se fundou a Escola Família Agrícola no município de Quixabeira, precisamente situada no povoado de Jaboticaba, para atender as famílias dos agricultores da agricultura familiar.

A EFA de Jaboticaba é fruto da iniciativa das lideranças populares na busca de uma educação integral e condizente com a realidade, além de alternativas para o desenvolvimento local frente a todas as adversidades climáticas, políticas, sociais e econômicas que enfrentavam no município, visto ser o mesmo caracterizado frequentemente pela pobreza, o analfabetismo e a falta de condições dignas de sobrevivência para a maioria do seu povo.

Criada nos moldes do MEPES pelo Pe Xavier de Nichele, as Irmãs Franciscanas Missionárias Marianas (IFMM) e a Associação dos Pequenos Produtores de Jaboticaba (APPJ), a EFA de Jaboticaba oferece aos seus alunos o Ensino Fundamental (antigas 6ª, 7ª e 8ª séries) e Educação Profissional Técnica em Agropecuária integrada ao Ensino Médio.

É mantida pela Associação dos Pequenos Produtores de Jaboticaba (APPJ), a nível regional integra-se à Associação das Escolas Famílias Agrícolas da Bahia

(AECOFABA), e nacionalmente está vinculada a União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil (UNEFAB), sendo estas duas últimas entidades que organizam e integram as EFAs regional e nacionalmente.



Figura 4: Pe Xavier e membros da APPJ: fundação da EFA de Jaboticaba.

Fonte: Acervo fotográfico particular da EFA de Jaboticaba.

2.2.2.1 Os aspectos físicos e pedagógicos da EFA de Jaboticaba.

Mesmo fazendo parte do município de Quixabeira, a atuação da EFA de Jaboticaba, ao longo destes anos de sua história, tem sido ampliada para outros municípios vizinhos, sendo que atualmente já são 22 municípios, distribuídos em cinco regiões (Quadro 1). Fica evidente a importância desta escola para as famílias rurais destes municípios que encontram nesta instituição uma alternativa educacional que garanta aos seus filhos não somente formação profissional, mas também uma educação integral de acordo com suas realidades e as particularidades do meio onde vivem.

Quadro 1. Territórios de atuação da EFA de Jaboticaba.

Nº	Território	Municípios	Comunidades
01	Bacia do Jacuípe	Quixabeira	Alto Bonito, Alto do Capim, Caraíba, Cova do Anjo, Jaboticaba, Poços, Ramal, Várzea Dantas, Pintado, Mandacaru, Gameleira, Umbuzeiro Branco, Baixa Grande, Piloto, Loteamento Morada do Sol.
		Baixa Grande	Vista Alegre, Umbuzeiro, Impoeira de São Vicente e Pagão
		Gavião	Sítio dos Patos, Terra Vermelha, Alagoinhas, Cachoeirinha, Caldeirão, Cajá, Es do Vieira, Pedra da Onça
		Capela do Alto Alegre	Vargem Queimada
		Ipirá	Assentamento dom Matthias
		Nova Fátima	Igazeira
		Pintadas	Caldeirão Coberto
		Várzea da Roça	Tanque de Dentro e Cruz de Almas
		Várzea do Poço	Barra Nova, Recanto, Gitirana, Pé do Morro, Lajinha, São José, Alto Alegre e Carabinha
		São José do Jacuípe	Itatiáia e Vaca Brava
02	Piemonte da Diamantina	Mairi	Riacho dos Tanques
		Caém	Gonçalo, Tigre e Micaele
		Capim Grosso	Fazenda Nova, Lagedo, Tigre e Furtuoso
		Serrolândia	Maracujá e Amarante
03	Piemonte do Paraguaçu	Jacobina	Catuaba, Várzea Nova, Junco, Boa Vista e Barra
04	Piemonte Norte do Itapicuru	Miguel Calmon	Pé do Morro
		Campo Formoso	Ilhote Mucunã
		Ponto Novo	Loteamento Oscar Macedo
05	Sisal	Filadélfia	Riacho do Mulungu, Novo Riachão, Cachimbo, Riachão, Cobra, Riacho das Pedrinhas, Carrapato e Frango
		Queimadas	Riacho da Onça
		Santa Luz	Formigueiro e Pereira
05	Sisal	Valente	Queimada do Curral, Lagoa Redonda, Barriguda e Papagaio

Fonte: Escola Família Agrícola de Jaboticaba – Relatório de atividades/ 2011.

De acordo com o relatório das atividades escolares da EFA de Jaboticaba, em 2011, 189 alunos, sendo 100 do Ensino Médio e 89 do Ensino Fundamental, oriundos de

170 famílias e 76 comunidades, foram matriculados na escola. A instituição desenvolve seu trabalho visando:

“Promover uma educação contextualizada ao Semiárido.

Oferecer o Curso de Ensino Fundamental e Educação Profissional Técnica de Nível Médio em Agropecuária Integrada ao Ensino Médio

Formar o jovem de modo integral, considerando as dimensões: humana/cristã e para liderança no seu meio sociopolítico e econômico.

Preparar o jovem para atuar como agente de transformação nas famílias e comunidades

Desenvolver práticas sócio produtivas.

Produzir material no campo didático para a formação dos jovens.”

(EFA – Relatório das Atividades/ 2011)

O ano letivo na EFA de Jaboticaba ocorre em turno integral e é composto de 40 semanas, nas quais seis dias são exclusivos para as atividades educativas que ocorrem em um período de 8 h diárias. O trabalho sócio educativo da escola é organizado por sessões que ocorrem em períodos e lugares diferentes: são 10 sessões na escola e 9 na família/comunidade, compostas por 12 dias letivos cada uma das sessões e que resultam em 240 dias letivos ao ano. De acordo com a secretaria da escola, durante as sessões, as turmas do Fundamental e do Ensino Médio se alternam: quando uma está na escola a outra está na família.

Nas EFAs, os professores são chamados de monitores cujos papéis diferem daqueles realizados pelos docentes das escolas tradicionais (GIMONET, 2007: 145). Na educação tradicional, o professor detém o conhecimento e transmite-o ao aluno que, por sua vez, adapta-se ao programa e ao mestre. Na metodologia adotada pelas EFAs, esses profissionais assumem uma função de mediação com “relação à pessoa do alternante, com ela mesma, com o saber, com o outro, com o grupo, com os adultos de seu meio.” (GIMONET, 2007: 145). Begnami (2003: 49) amplia esta concepção de mediador quando diz que o monitor também “orienta, motiva, aguça curiosidades, provoca, problematiza, ajuda a construir ou reconstruir conhecimentos, facilita aprendizagens e, quando necessário, também ensina.”

De acordo com Gimonet (2007: 148), os monitores das EFAs desempenham papéis organizados em quatro direções: papéis de educação: com relação aos jovens em

sua fase mais crítica, a adolescência; papéis pedagógicos: para fazer acontecer a alternância através de sua metodologia, instrumentos, da articulação de tempos e espaços diferentes, da associação, dos conhecimentos; papéis de relação e de animação: das estruturas que fazem parte do processo – a associação, a rede de parceiros co-formadores, a vida interna da própria instituição e dos grupos que compõem a sala de aula; papéis técnicos: são as competências e conhecimentos com os quais os jovens em formação se confrontam dentro dos campos profissionais.

Dentro dessas características funcionais descritas pelos autores, a EFA de Jaboticaba constitui-se de um corpo docente formado por seis monitores que trabalham e vivem integralmente na escola, além destes também existem outros professores externos que não moram na instituição. Os monitores que trabalham nestas instituições recebem para exercer suas funções uma formação básica inicial que se estende ao longo de sua prática. Os monitores da EFA de Jaboticaba apresentam formação que vai desde o técnico até a licenciatura. Alguns destes monitores são oriundos de outras EFAs onde também foram alunos.

As atividades desempenhadas por estes monitores vão além das paredes das salas de aula. A articulação entre teoria e prática presentes na metodologia adotada pelas EFAs pressupõe que o trabalho pedagógico com vistas à formação integral dos jovens contemple todos os espaços intra e extraescolares. Na direção contrária do ensino tradicional que valoriza os espaços das salas e poda seus alunos por meio de um ensino baseado na dicotomia entre teoria e prática, a EFA de Jaboticaba realiza suas atividades pedagógicas em espaços distintos com o objetivo de fornecer aos jovens uma aprendizagem pautada na experiência e reflexão.

O currículo da escola é composto pelas disciplinas do currículo comum e de outras específicas voltadas para a formação agrícola. As aulas ocorrem durante as manhãs e parte da tarde, no restante do dia os alunos vão a campo, sob orientação e responsabilidade dos monitores, para a realização de atividades que ocorrem em vários espaços da escola: horta, viveiro, plantas medicinais, propriedade, transportes, prédios, recursos hídricos, oficina, almoxarifado, sala de informática, biblioteca, esporte, animais, esporte e pomar.

Para desenvolver suas atividades educativas dentro de suas especificidades e condizentes com suas propostas pedagógicas, a EFA de Jaboticaba dispõe de salas de aulas, dormitórios para alunos, dormitórios para professores, banheiros, biblioteca, secretaria, refeitório, capela, almoxarifado, padaria, laboratório, pomar, viveiro, horta, jardim, auditório e apiário.

As atividades agrícolas desenvolvidas na EFA servem para levantar recursos para a manutenção da própria escola; fornecer material didático para a formação dos jovens; realização de experiências inovadoras para ser levadas para a comunidade e para a alimentação dentro da escola. Através destas atividades a escola busca o desenvolvimento educacional e o crescimento econômico.

O processo de ensino aprendizagem da EFA ocorre a partir do referencial teórico metodológico da Pedagogia da Alternância. Adotando o mesmo projeto pedagógico das demais EFAs com aulas em turnos integrais, alternando o tempo de estar nos espaços escola-família-comunidade e permitindo ao jovem agir pensando em sua prática.

Os instrumentos pedagógicos da alternância surgiram, de acordo com Begnami (2003: 110) da prática pedagógica aliada às reflexões teóricas feitas pelos monitores e os especialistas, teóricos e pedagogos que se identificavam com o movimento. Ainda de acordo com o mesmo autor, esses instrumentos foram criados para dar forma e sentido às experiências dos alunos (Ibidem). Na EFA de Jaboticaba, os instrumentos pedagógicos utilizados também correspondem a este fim, são eles:

Plano de estudo: é o elo de ligação entre a vida do educando, a comunidade e o processo educativo. Para Gimonet (2007, p. 70), esse instrumento “agencia e estrutura o processo formativo”. É o fio condutor do processo da alternância dando coerência ao processo formativo pois “enuncia os objetivos e as etapas, articula os tempos, as atividades e os conteúdos do campo socioprofissional com aqueles do programa”.

No plano de estudo é elaborado os tempos, as atividades e os conteúdos do campo pelos monitores com a colaboração de pais, mestres de estágios, profissionais a partir da realidade de vida dos alunos que é problematizada e levada para as famílias/ comunidades onde é estabelecida a relação entre teoria e prática em busca

de uma formação integral dos educandos. É o plano de estudo que integra todos os agentes envolvidos no processo formativo conferindo-lhes uma visão geral do processo fazendo-os agir de forma coerente com a proposta.

Caderno da Realidade: neste instrumento o aluno registra, por meio de ilustrações, o conhecimento adquirido no plano de estudo. A realidade vira arte.

Ficha de Alternância: este instrumento serve para fazer a comunicação entre escola-família-comunidade, pois é através do mesmo que a família participa do processo de aprendizagem orientando seus filhos nas atividades a serem desenvolvidas.

Visitas às famílias: o objetivo deste instrumento, de acordo com os relatórios da própria escola é: “aproximar a escola das famílias e das comunidades por ela atendidas; facilitar o conhecimento da realidade do aluno; estabelecer o diálogo entre monitores pais e entre pais e filhos por meio de discussões e entendimento sobre questões técnicas e pedagógicas da escola.” (EFA de Jaboticaba, 2011).

Serão: os serões na EFA de Jaboticaba ocorrem todos os dias da semana, com exceção das quartas-feiras que são livres. São aulas diferentes compostas por palestras, brincadeiras etc., relacionadas ao Plano de Estudo ou temas diversificados. São de responsabilidade dos monitores ou convidados e constituem-se como espaços de diálogo, reflexão e questionamentos que contribuem na formação individual e social dos jovens.

Os instrumentos pedagógicos das EFAs evidenciam seu papel articulador entre os diferentes sujeitos/ parceiros que fazem parte do processo formativo da escola com o objetivo do desenvolvimento local. Percebe-se o papel e a importância da família neste processo. Historicamente a educação protagonizada pelas EFAs trouxe a família para participar do processo educativo dos alunos. Ao contrário das escolas convencionais onde se percebe um distanciamento entre a família e a educação dos filhos, nas EFAs os pais participam ativamente na educação dos filhos desempenhando seu papel na orientação dos filhos durante as alternâncias nas propriedades e participando da gestão escolar através da associação.

A EFA de Quixabeira tem sido um espaço de desenvolvimento e crescimento não somente para os jovens que fazem parte de seu sistema de ensino como também a todo o município através de ações e projetos que são desenvolvidos pelos próprios alunos e que se irradia para todo o município como é o caso do projeto Conviver que atua de forma exitosa contribuindo grandemente para a superação dos problemas existentes na região.

3 A EFA EM EXPANSÃO: O PROJETO CONVIVER.

Este capítulo descreve a atuação da EFA de Jaboticaba dentro do município de Quixabeira a partir das ações do seu projeto de extensão - o Conviver. O projeto atua em três linhas de ação por meio das quais se realizam várias ações voltadas para o desenvolvimento local e a convivência com o semiárido.

3.1 A construção do projeto.

Não tem caminhada, avanços, progressos, superação para qualquer pessoa como para qualquer instituição sem que haja passos para frente a cada dia para existir e crescer (GIMONET).

Em sua trajetória histórica, as Escolas Famílias Agrícolas surgiram como uma proposta de educação criada e gestada pelos camponeses voltada para a realidade e as necessidades dos mesmos. A proposta educativa das EFAs têm sua ênfase na formação integral dos indivíduos e o desenvolvimento local. Esse desenvolvimento faz parte dos quatro pressupostos – desenvolvimento do meio, formação integral do educando, a alternância e a associação, nos quais as EFAs se baseiam, de acordo

com Gimonet (2007, p. 15). Estes elementos são identificados pelo autor como pilares da Pedagogia (Ibidem).

Ainda conforme Gimonet (Ibidem), estes pilares constituem a identidade dessas instituições, pois, estão presente desde o início da trajetória das mesmas e se dividem em dois grupos: os pilares meios que são a associação e a alternância e através dos quais se busca a concretização dos outros pilares que se constituem nas finalidades: a formação integral e o desenvolvimento do meio (socioeconômico, político, humano, ambiental).

Para Fernandes (1999, p. 65 apud De Burghgrave, 2003, p. 31) “Uma escola do campo é a que defende interesses, a política, a cultura, a economia da agricultura camponesa, que construa conhecimentos e tecnologias na direção do desenvolvimento social e econômico dessa população. A sua localização é secundária, o que importa são suas proximidades política e espacial com a realidade camponesa”.

E foi por meio dessa proximidade política e espacial com a realidade semiárida e rural do município de Quixabeira que a EFA de Jaboticaba, ao contrário dos governos locais que nunca se preocuparam com as condições de vida da população rural, trouxe alternativas viáveis de convivência com a seca através de seu projeto de extensão - o Conviver, promovendo o desenvolvimento local e provocando mudanças na realidade dos agricultores.

De acordo com De Burghgrave (2003, p. 29), o papel dessas escolas não se limita apenas ao ensino dos jovens, mas provocam questionamentos do meio favorecendo a uma tomada de consciência dos problemas enfrentados. Ao longo de seu percurso, a EFA de Jaboticaba sempre esteve atenta a realidade local, refletindo e questionando-a.

Foi então que diante dos problemas gerados após longos anos de estiagem e suas consequências para a agricultura local, a escola precisava buscar uma solução, pois os alunos que terminavam seus estudos, juntamente com suas famílias viam-se sem perspectivas de permanência em suas propriedades. A solução encontrada consistiu na criação de um projeto de extensão para a escola que atendesse as necessidades dos ex-alunos e suas famílias (LORDÉLO, 2000).

O Projeto Conviver constitui-se na prática um instrumento de atuação da EFA no município de Quixabeira e região. O mesmo não foi fruto da vontade e nem das ações dos governos locais através da implementação de políticas públicas para o campo. Sua criação foi mais uma iniciativa das lideranças comunitárias e organizações sociais do município que, ao longo de sua trajetória buscaram na união das forças diagnosticar e solucionar os problemas presentes na região.

A criação do projeto aconteceu durante um seminário regional, no ano de 1997, com a presença e o apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), Paróquia de Capim Grosso e da Associação dos Pequenos Produtores de Jaboticaba (APPJ) que buscaram, junto ao Instituto de Cooperação Belgo-Brasileira para o Desenvolvimento Social (DISOP), discutir a criação do projeto de extensão.

A construção do projeto foi realizada em duas etapas identificadas por Lordêlo (2000) no primeiro momento como a construção social do mesmo e no segundo como a fase preparatória para a instalação do projeto, marcada por ações de capacitação, mobilização e organização social. Na ocasião, o professor José Albertino Carvalho Lordêlo, então assessor agrônomo da DISOP, foi um dos mentores do projeto que recebeu o nome de Conviver e sugeriu que fosse feito um festival para dar início às ações do mesmo.

Durante seis meses houve um intenso movimento por parte da escola que organizou o festival. Ocorreram formações, treinamentos sobre conservação de alimentos para os animais (feno e silo), palestras, seminários sobre problemas ambientais, cursos, reuniões e outros. Foram 23 comunidades envolvidas no processo. Um boletim informativo foi produzido durante o período para prestação de contas e para informar os agricultores.

Infere-se deste momento de mobilização para a construção e a concretização do projeto o início da atuação da escola através do Conviver. O papel de formar sujeitos conscientes, reflexivos e críticos de sua realidade como é proposto na essência da Pedagogia da Alternância, pode ser notado neste momento no qual os agricultores são chamados a pensar e agir sobre suas realidades de forma autônoma.

Este é o papel de uma educação comprometida com a formação dos sujeitos. Educação esta que promova no sujeito uma conscientização de sua realidade

levando-o a criticá-la e transformá-la como defendia Freire (1981, p. 90). Uma educação com esta proposta não acontece em qualquer lugar e de qualquer maneira, é necessário que o espaço onde a mesma ocorra proporcione momentos de reflexão e conscientização aos indivíduos que dele fazem parte.

A EFA de Jaboticaba caracteriza-se como este espaço germinador, pois se observa que uma de suas ações primárias dentro do contexto local é a participação social de forma organizada e consciente da importância do seu papel na transformação de suas realidades. Essa afirmativa tornou-se evidente na realização do primeiro Festival de Feno e Silo promovido pela escola no ano de 1997. O evento marcou o início das atividades do projeto Conviver e caracterizou-se como uma festa cultural onde as comunidades presentes puderam afirmar seus valores por meio de: danças, músicas, piegas, cantigas de roda além de debates sobre temas voltados para suas realidades.

Quadro 2. Cronograma e Histórico dos Festivais de 1997 a 2010.

Ano	Tema
I – 25/07/1997	Festa do lavrador – Feno e Silo.
II – 1998	Feno e Silo.
III – 19/12/1999	Preserve a natureza: evite queimadas, plante uma árvore.
IV – 17/12/2000	Cooperativismo: uma alternativa para os pequenos.
V – 16/12/2001	Festival de Convivência com o semiárido.
VI – 15/12/2002	Feno e Silo: uma alternativa para o rebanho.
VII – 14/12/2003	Feno e Silo: salve seu rebanho.

VIII – 12/12/2004	Escola Família Agrícola: potencialidades que faz do nordeste um lugar bom de viver.
IX – 18/12/2005	Recaatigamento: tão importante quanto plantar é conservar nossa caatinga.
X – 10/12/2006	Agricultura familiar e a preservação da vida no semiárido.
XI – 16/12/2007	Ação contra desertificação: 1/3 do território nordestino encontra-se em processo de desertificação.
XII – 14/12/2008	Licuri: preservar gera renda.
XIII – 06/12/2009	Desenvolvimento sustentável: trabalho e renda: um desafio!
XIV - 2010	Povo organizado, sociedade mais forte.

Fonte: APPJ/ Conviver.

Os Festivais de Feno e Silo promovidos pela EFA acontecem anualmente e caracterizam-se como espaços de reflexão, discussão, mobilização, organização e participação social, de solidariedade, afirmação de valores, resgate e valorização da cultura e do modo de vida do homem do campo e seus efeitos na vida das famílias e comunidades que deles participam são descritos pelo projeto, quais sejam:

Fortalece a convivência no meio rural;

Introduz diferentes dinâmicas de aprendizagem;

Difunde potências de produção adaptáveis;

Favorece a participação e envolvimento dos agricultores nas discussões;

Contribui para o aumento do nível de entendimento e informação dos agricultores familiares;

Contribui para a mudança de hábitos relacionados à higiene, manejo dos rebanhos e do solo;

Envolve as famílias nos “temas novos”, relacionados, principalmente, à questão de sensibilização ambiental/agroecológica;

Resgata, juntamente com os agricultores(as), a beleza folclórica e cultural local (Conviver, 2009).

O Conviver, que mais tarde passou a ser chamado de Projeto de Convivência com a Seca, constituiu-se como uma alternativa aos agricultores e pequenos proprietários que praticam a agricultura familiar e enfrentam constantemente os problemas provenientes de uma região semiárida. A escola é o centro irradiador e principal agente do Conviver como afirma Lordêlo (2000) e como evidenciam os relatórios do projeto.

O projeto tem a EFA como centro articulador e é administrado pela APPJ através de uma diretoria, conselho fiscal, conselho diretor, colaboradores, assessoria espiritual na pessoa do Pe Xavier e secretaria executiva que analisam, avaliam e planejam as ações do projeto semanal, mensal, trimestral e anualmente. Ocorrem mensalmente uma assembleia com as comunidades para levar informações e tomar decisões.

A escola abriga anualmente os festivais onde as comunidades se reúnem e mostram os resultados da implantação dos projetos em suas propriedades, conforme afirmamos anteriormente; os técnicos que fazem as visitas às propriedades e acompanham os projetos produtivos das famílias, além das formações, são cedidos pela escola. Alguns projetos foram desenvolvidos na própria escola antes mesmo de serem implantados nas comunidades através do Conviver, como a produção de feno e silo.

É através de seu projeto de extensão que a EFA vai adentrar nos espaços rurais do município de Quixabeira e de outros que fazem parte do seu campo de atuação,

percorrendo caminhos esquecidos pelos poderes públicos e alcançando as minorias que historicamente foram excluídas nos processos de formação da nossa sociedade – os agricultores.

Quadro 3. Territórios de atuação do Conviver.

Território	Municípios	Nº de comunidades	Total de beneficiados
Bacia do Jacuípe	Quixabeira	13	192
Bacia do Jacuípe	São José do Jacuípe	04	65
Bacia do Jacuípe	Várzea da Roça	03	64
Bacia do Itapicuru	Jacobina	03	60
Bacia do Jacuípe	Capim Grosso	06	41
Bacia do Jacuípe	Serrolândia	01	22
Bacia do Itapicuru	Miguel Calmon	01	01
Bacia do Itapicuru	Filadélfia	01	04
TOTAL:	08	32	449

Fonte: Conviver, 2008.

A realidade dos agricultores do município antes da chegada do projeto era desanimadora e sem perspectivas uma vez que não conseguiam encontrar meios para a solução dos problemas que lhes assolava. O meio no qual viviam não lhes dava condições de sobrevivência o que acabava por refletir em baixa autoestima dos agricultores que viam, constantemente, a perda de suas lavouras e a morte de seus

animais, o que muitas vezes os fazia abandonar o campo em busca de outras alternativas.

Quando a EFA criou o Conviver no contexto rural de Quixabeira em 1997, encontrou uma realidade desalentadora que se arrastava a longas datas entre os agricultores da região:

Poucas ações concretas para compreensão a respeito do clima da região e seus efeitos; pouca articulação e entrosamento entre as entidades na questão dos recursos hídricos; rebanhos de baixa qualidade genética e acentuada deficiência de manejo; ações de formação sem continuidade; entidades atuando de forma isolada; dificuldade para trabalhar as técnicas de feno e silagem; serviço de ATER sem perspectivas de continuidade; caprinocultura fragilizada e baseada na produção de carne; dificuldade de acesso ao crédito; pouca percepção sobre a fragilidade do solo e as consequências do manejo inadequado das terras e demais recursos naturais (CONVIVER, 2007).

Diante da problemática enfrentada pelas famílias agricultoras o Conviver surgiu para “dar um incentivo para o ex-aluno e sua família, para desenvolver uma experiência no campo, utilizando tecnologias adaptadas ao clima.” (CONVIVER, 2003). Através do projeto as famílias e comunidades alcançadas pelo mesmo buscam alternativas de convivência com o semiárido e para a construção do desenvolvimento local de forma sustentável e da cidadania.

A exemplo disso podemos citar a Campanha do Reflorestamento realizada pela escola que ocorreu entre os dias 20/07 a 15/10 de 2003 e foi promovida através dos meios de comunicação local visando sensibilizar a população em prol da preservação e restauração dos recursos naturais. De acordo com os relatórios do Conviver, mais de cem agricultores fizeram um pacto com a natureza durante seis meses reservando uma área de terra de suas propriedades para o reflorestamento e pela preservação da natureza. Durante o evento incentivou-se o plantio de plantas nativas da região – foram plantadas dez mil mudas de árvores como: umbuzeiro, algaroba, quixabeira, umburana, juazeiro, mulungu etc.

O XII Festival de Convivência com o Semiárido, ocorrido no dia 14 de dezembro de 2008, sob o tema “Licuri – Preservar gera renda” também faz parte do rol das ações da EFA voltadas para a convivência com o semiárido e o desenvolvimento local. O mesmo caracterizou-se como um grito de defesa e valorização da planta que é nativa da região.

O vegetal que já foi fonte de complementação da renda de muitas famílias da região e oferece várias alternativas de consumo que vai desde a fabricação de artesanatos até a produção de óleos para as indústrias de cosméticos, hoje é inutilizado e desprezado pelos agricultores da região que desmatam e fazem queimadas, principalmente pelo seu baixo valor de mercado. Durante o evento as comunidades tiveram a oportunidade de conhecer o valor social e econômico da planta.

Em seu percurso, a EFA de Jaboticaba tem mostrado uma atuação significativa dentro do município de Quixabeira através do projeto Conviver que tem promovido o desenvolvimento e melhorias nas condições de vida dos agricultores através de três linhas para levar aos agricultores do município melhorias das condições de vida desses sujeitos.

3.2 A atuação da escola: ações do Conviver.

A atuação da EFA, através do Projeto Conviver, dentro do município de Quixabeira ocorre através de três linhas de ação: Formação/Capacitação, Infraestrutura Hídrica e Financiamento da Produção por meio do Fundo de Crédito Solidário Rotativo (FCSR) que se iniciou com parcerias entre CEI – Conferência Episcopal Italiana, DISOP (Instituto de Cooperação Belgo-Brasileira para o Desenvolvimento Social) e do Movimento de Azione dei Gesuiti Italiani per lo Sviluppo (MAGIS) o qual é operado através de uma parceria entre a Cooperativa Valentense de Crédito Rural (SICOOB – COOPERE) com agencia no município e a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e também Armazenamento de Ração (feno e silagem).

O descaso e a omissão por parte dos poderes públicos que historicamente fizeram parte do percurso das EFAs e da vida daqueles para os quais sua educação se

destina – os agricultores, também são perceptíveis neste momento de atuação da escola. Podemos observar através dos relatórios do Conviver a participação de entidades estrangeiras, em sua grande maioria, no apoio e financiamento dos projetos agrícolas desenvolvidos pela instituição.

A falta de recursos para a concretização dos primeiros projetos de produção que seriam gerenciados pelas famílias produtoras em suas comunidades foi resolvida com a colaboração da ONG italiana, Movimento de Azione dei Gesuiti Italiani per lo Sviluppo (MAGIS), gerida por padres jesuítas, que destinou os recursos para que desse início a construção de projetos para o desenvolvimento das propriedades.

No percurso de atuação da escola através de seu projeto de extensão, percebemos que outras instituições estrangeiras foram parceiras do projeto apoiando-o técnica e financeiramente: Instituto de Cooperação Belgo-Brasileira para o Desenvolvimento Social (DISOP), Movimento e Azione dei Gesuiti Italiani per lo Sviluppo (MAGIS), Missão Jesuíta, Grupo Índia, Les Amis de Pirajá, Conferência Episcopal Italiana (CEI), Missionszentrale der Franziskaner Alemanha (MZF), Instituto das Irmãs de Caridade da Santa Cruz – Suíça (ISC).

Algumas instituições nacionais também colaboram por meio de apoio técnico e financeiro como a Companhia de Ação Regional (CAR), a Companhia Nacional de Abastecimento – Brasil (CONAB), o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), a Superintendência da Agricultura Familiar da Bahia (SUAF), Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste do Brasil (BNB). Algumas parcerias governamentais foram realizadas para a concretização de algumas ações com a prefeitura local que adquire produtos da agricultura familiar para a merenda das escolas municipais.

3.2.1 Formação/Capacitação.

Os primeiros passos da escola para a realização das ações e que culminariam no desenvolvimento local e uma melhor convivência com o semiárido, foram dados através da formação e capacitação ocorridos na ocasião do primeiro festival. A

importância desta ação é evidenciada nos relatórios do Conviver, por meio da fala dos agricultores que deixam claro a forma como conviviam em suas realidades antes da chegada do projeto: praticamente não havia produção e quando existia era desperdiçada porque faltava conhecimento e técnicas para aproveitar o potencial de suas propriedades.

A Formação/Capacitação foi a primeira ação realizada pelo Conviver em 1997, pois era preciso levar ao povo conhecimento de convivência na realidade local. De acordo com relatórios do projeto, o início foi marcado por desconfianças e resistência cultural por parte dos agricultores que não acreditavam nas técnicas trazidas pelo Conviver.

As ações de formação/capacitação do Conviver ocorrem por meio de treinamentos, palestras, programas de radio difusão, visitas às propriedades, produtores e instituições, reuniões e também durante os Festivais de Feno e Silo. As formações do projeto são realizadas na perspectiva da construção da cidadania. Implicam em desenvolvimento, adaptação e difusão de tecnologias visando a convivência com o semiárido e o desenvolvimento social, econômico e ambiental, bem como a formação integral dos indivíduos que dele fazem parte. (Conviver, 2008).

As formações cumprem o papel da escola, através do projeto, em levar aos agricultores não somente uma educação técnica, mas também humana, pois através da mesma, os agricultores que historicamente foram negados, excluídos cultural, social e economicamente, encontram nestes espaços a oportunidade de lutar coletivamente, de trabalhar de forma solidária ajudando-se mutuamente, deixando de lado o individualismo que sempre foi estimulado em nossa sociedade capitalista.

Culturalmente, os agricultores do município desenvolveram práticas agrícolas que não os ajudavam na convivência com o semiárido, pelo contrário, dificultava a sobrevivência, pois destruía os recursos naturais e o meio ambiente, como as práticas de queimadas realizadas para preparar a terra para o plantio. Por meio das formações, o projeto mostrou aos agricultores que essa prática enfraquece o solo, pois retira dele todos os nutrientes necessários ao desenvolvimento do vegetal e conseqüentemente prejudica as lavouras.

A Assistência Técnica e extensão Rural (ATER) é também uma das ações da EFA, através do Conviver, com objetivo de disseminar conhecimentos científicos e populares, monitorar projetos e motivar os produtores na melhoria de suas habilidades e qualidade de vida. (CONVIVER, 2004). É através da ATER, concretizada na forma de visitas às propriedades rurais e outras ações, que o Conviver presta apoio aos produtores no planejamento e organização de suas propriedades, proporcionando meios e condições para o fortalecimento das mesmas e assim fomentando o desenvolvimento local. (CONVIVER, 2008).

3.2.2. Infraestrutura Hídrica.

No sertão, as condições precárias de sobrevivência as quais os camponeses sempre foram submetidos, são ainda mais agravadas com os baixos índices pluviométricos e os períodos de longas estiagens que caracterizam a região semiárida ocasionando preocupação e sofrimento para os agricultores, pois a falta de água traz dificuldades para as famílias que dependem deste recurso para o consumo próprio e para a sobrevivência dos animais.

Com o objetivo de captar e armazenar água da chuva para proporcionar às famílias/comunidades maior capacidade de armazenamento de água para consumo humano e animal, o Conviver desenvolve ações de infraestrutura hídrica. As mesmas caracterizam-se na construção e reforma de reservatórios como cisternas, micro barragem, aguadas, tanques, poço artesiano, poço cacimba, barragens subterrâneas.

Torna-se evidente o compromisso da escola com a transformação do meio onde atua. Os esforços da entidade direcionam-se para solucionar ou amenizar os problemas gerados pela escassez de água, ampliando o acesso ao recurso como o Projeto Água Doce (PAD), criado em 2001 com financiamento de entidades alemãs - LES AMIS DE PIRAJÁ – LUXEMBURG e Missionszentrale der Franziskaner Alemanha – MZF, por meio do qual foram construídas muitas cisternas na região. Entre 2008 e 2009 outras cisternas foram construídas financiadas pelo Governo do

Estado da Bahia através da Companhia de Ação Regional (CAR), beneficiando 50 famílias.



Figura 5. Construção de cisternas nas comunidades.

Fonte: Acervo Fotográfico da EFA de Jaboticaba.

A atuação da EFA/Conviver neste campo não está voltada somente ao fornecimento de água, mas direciona-se também, através das formações/capacitações, ao uso racional do recurso para que as famílias possam consumir sem desperdiçar. O compromisso da instituição com a melhoria da qualidade de vida dos agricultores é mostrado também quando a qualidade da água entra em questão, pois também são ensinadas às famílias as formas corretas e seguras de armazenamento e consumo do recurso (CONVIVER, 2009).

Quadro 4. Infraestrutura Hídrica (entre 1997 e 2007).

OBRAS	TOTAL
Construção de cisterna de bica e de enxurrada	406

Reforma de cisternas de bica	30
Barreiro/Aguadas comunitárias	08
Poço artesiano com cata vento	02
Barragem subterrânea	03

Fonte: Conviver, 2007.

3.2.3. Financiamento da Produção.

As ações de financiamento da produção do Conviver são realizadas através de um Fundo de Crédito Solidário e Rotativo (FCSR) criado quando os empréstimos eram concedidos apenas aos grandes produtores. A dificuldade para conseguir empréstimos que financiasse a produção agrícola, aliada aos altos juros cobrados pelos bancos na concessão dos mesmos, fazia com que muitos agricultores desanimassem e a agricultura familiar ficasse relegada ao descaso, fadando-a ao fracasso.

O projeto possibilita aos agricultores o acesso ao crédito rural através do associativismo/ cooperativismo por meio de uma cooperativa de crédito – Sicoob Coopere, situada no próprio município. O sistema de financiamento é um dos motores que fazem o projeto Conviver se concretizar, pois o crédito rural é transformado em projetos produtivos implantados nas comunidades que desenvolvem atividades como Caprinocultura, Ovinocultura, Apicultura, Piscicultura, Processamento de Alimentos e Fabricação de Artesanatos. Os projetos produtivos trazem novas perspectivas de convivência com o semiárido para os agricultores.

As famílias que desejam implantar algum projeto são cadastradas no Conviver depois de terem passado por uma entrevista e de terem recebido uma equipe técnica que vai até as propriedades rurais para avaliar a viabilidade da implantação

do mesmo. As informações são levadas para o Conselho Diretor do projeto que orienta e encaminha à cooperativa para a liberação do crédito.

Essa ação é importante pois promove a inclusão econômica dos agricultores que de acordo com os relatórios do Conviver, sentiam-se marginalizados por não poderem ter acesso aos créditos. Os créditos concedidos também amenizam as desigualdades sociais que historicamente marcaram o meio rural, pois possibilita a estas pessoas melhorias na qualidade de vida e também na autoestima uma vez que os créditos transformados em projetos produtivos concedem a estes sujeitos acesso às condições materiais de vida.

3.2.3.1. Projetos de Produção do Conviver.

3.2.3.1.1. Caprinocultura.

A caprinocultura é uma das atividades que está presente no percurso histórico da instituição desde a década de 1980 quando os agricultores que faziam parte do movimento de criação da APPJ criaram o projeto Cabra de Corda que beneficiava as famílias com a doação das crias fêmeas de uma cabra criada coletivamente. Anos mais tarde, a caprinocultura passou a ser realizada nas propriedades dos agricultores e também na EFA. Expandiu-se com a criação do Conviver através da incorporação de novas técnicas que permitiram um melhor manejo do rebanho.

A princípio a caprinocultura era realizada pelos agricultores visando a produção de carne para consumo e venda, mas o Conviver trouxe incentivos para a produção de leite dos rebanhos visando a melhoria de renda das famílias. Com o incentivo, os agricultores apostaram na produção de leite que inicialmente era destinado para o município de Valente onde era resfriado. Esse processo tornava-se bastante oneroso para os produtores por conta do transporte, por isso, visando solucionar o problema, em parceria com a Associação dos Pequenos Produtores do Estado da

Bahia, APAEB, foi criada uma Unidade de Beneficiamento de Leite no município de Quixabeira, para onde se destina a produção de leite da região.

Em 2005 a Unidade de Beneficiamento de Leite foi ampliada e o leite que era levado pelos produtores e pasteurizado na unidade, passou a ser processado com vistas na fabricação de derivados como: queijos e iogurtes. Os produtos passaram a ser comercializados pela Cooperativa de Produção da Região do Piemonte da Diamantina (COOPES), criada para divulgar e inserir os produtos nos mercados.

Em maio de 2005, os produtores rurais, ex-alunos da EFA de Jaboticaba, Conviver e Associação de Pequenos Produtores buscando defender seus interesses socioeconômicos, fundaram a Coopes. A instituição é filiada a União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES). A Coopes representa uma grande conquista para os agricultores que antes ficavam reféns dos intermediadores na comercialização de suas produções. A cooperativa é responsável pelo escoamento comercial dos produtos dos agricultores, inclusive dos produtos da caprinocultura.

De acordo com os relatórios do Conviver a caprinocultura tem sido um dos projetos de maior envolvimento das famílias. Através do projeto, as comunidades aprendem que é possível criar gado no semiárido e ter rebanhos de qualidade mesmo com a escassez de água e a falta de alimentos, através de técnicas adequadas. O mesmo testifica a importância da atuação da EFA/Conviver na promoção do desenvolvimento do semiárido e na convivência com a seca.



Figura 6. Criação de cabra na EFA de Jaboticaba.

Fonte: Acervo Fotográfico da EFA de Jaboticaba.

3.2.3.1.2. Piscicultura.

Outro setor de produção incentivado pela EFA é a piscicultura que foi iniciada em junho de 2003 com a produção coletiva de tilápia. A barragem João Durval Carneiro, presente na região, e o grande número de pescadores no povoado de Jaboticaba motivaram o apoio do Conviver aos ribeirinhos através de reuniões para organização da categoria, culminando na fundação da Associação dos Pescadores e posteriormente na criação de peixes em cativeiro em sessenta tanques redes.

A piscicultura é outra atividade voltada para a melhoria da renda e conseqüentemente da qualidade de vida das famílias do Conviver. Os piscicultores criam os peixes e os comercializam nos supermercados e feiras livres dos municípios vizinhos. No ano de 2005, através de um convênio com a Companhia Nacional de Abastecimento – Brasil (CONAB), foram vendidas 20 toneladas de peixes para o município de Valente destinadas à complementação à cesta básica do Programa Fome Zero.



Figura 7. Produção de tilápia na barragem João Durval.

Fonte: Acervo Fotográfico da EFA de Jaboticaba.

3.2.3.1.3. Apicultura.

A apicultura é outro setor de produção do Conviver. Mesmo em uma região cuja vegetação predominante é a caatinga, o projeto tem investido e incentivado seus produtores na produção de mel, com este fim é que foi construída em 2007, na EFA, a Casa do Mel que é uma unidade cujo objetivo é: “dar suporte na produção, melhoria da qualidade dos produtos e obedecer a padrões de vigilância” (CONVIVER, 2007).

Mesmo nos períodos de pouca florada o trabalho é contínuo nos apiários da EFA e das comunidades, afirmando assim que é possível produzir mesmo no semiárido. O mel produzido nos apiários das propriedades e também da EFA é destinado para a Casa do Mel onde é processado para a retirada de impurezas e depois embalado em sachês e potes. A produção também é comercializada pela COOPES.



Figura 8. Atividade de Apicultura.

Fonte: Acervo fotográfico da EFA.

3.2.3.1.4. Processamento de alimentos e Produção de artesanatos.

As atividades de processamento de alimentos e de produção de artesanatos testificam a atuação da EFA/Conviver e sua relevância para o desenvolvimento local. As atividades são realizadas pelas mulheres das comunidades que fazem parte do projeto. Essas mulheres participam da COOPES e constituem o Movimento de Mulheres Trabalhadoras de Quixabeira (MMTQ) que é voltado para a organização social e o desenvolvimento local (SANTOS, 2011, p. 91).

Através do projeto as mulheres das comunidades buscam alternativas para melhoria da renda familiar a partir do aproveitamento de frutos e produtos da própria região (mandioca, umbu, manga, acerola, coco, licuri, batata, doce, aipim, maracujá etc.) na fabricação de artesanatos, doces e biscoitos. A produção é comercializada na própria comunidade e muitas das vezes em eventos e espaços, chegando a ser

escoada em pequenas quantidades para outras localidades vizinhas, inclusive para a capital.

Em 2009, para atender as especificidades da LEI 11.497/2009 que trata da qualidade da merenda escolar e estipula que a aquisição desta deve atender a, no mínimo, 30% da agricultura familiar, a prefeitura passou a comprar os produtos (polpa de frutas, biscoitos, beijus produzidos pelos grupos de mulheres, leite de cabra, iogurte, leite e queijo dos caprinocultores e mel dos apicultores) que foram destinados à merenda escolar das escolas do município (CONVIVER, 2009).

3.2.3.1.5. Armazenamento de ração.

O sofrimento e a morte dos animais por falta de alimentos no período de estiagem é uma realidade enfrentada pelos agricultores do semiárido. Dentro dessa realidade a EFA buscou desde seu início trazer aos agricultores técnicas de armazenamento de ração animal (feno e silo), como alternativa à escassez de alimentos. Anos mais tarde, com a criação do Conviver, o processo de Feno e silagem foi melhorado e expandido através de trabalhos teóricos e práticos realizados nas propriedades e divulgados através dos festivais.

Segundo relatórios do projeto, o armazenamento de ração animal é uma das atividades mais adotadas pelas famílias que fazem parte do projeto. O trabalho com as comunidades se inicia orientando as famílias sobre quais são as plantas que melhor se adaptam ao clima. O feno e silo são produzidos na EFA bem como nas comunidades por meio de máquina forrageiras destinadas para este fim.



Figura 9. Produção de Feno e Silo.

Fonte: Arquivo fotográfico da EFA.

3.2.3.1.6. Projeto COSA.

Mesmo não acontecendo dentro do município de Quixabeira, o Projeto COSA, Complexo Sócio Ambiental de Capim Grosso, elaborado pela EFA de Jaboticaba em parceria com a Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), é outra ação da EFA/Conviver que afirma atuação dessa escola no desenvolvimento do meio e na transformação da realidade local. O projeto volta-se para a questão da conscientização ambiental e destina-se a reduzir o lixo orgânico (cascas de frutas, podas de árvores e restos de alimentos) que é transformado em adubo orgânico a ser utilizado em hortas de escolas e residências do município.

Apesar de sua grande relevância – o mesmo foi tema de estudo de dissertação de mestrado de Uilma da Silva Aragão apresentada ao Programa de Pós Graduação em Engenharia Civil e Ambiental da Universidade Estadual de Feira De Santana

com o tema “Estudos da viabilidade de aproveitamento dos resíduos da agricultura familiar do licuri por meio de fungos do gênero do semiárido baiano”. – o Projeto Cosa não consegue avançar em seus objetivos por falta de apoio do governo local (SANTOS, 2011: 106) ratificando a ausência dos poderes públicos para com as referidas escolas e suas ações.

Percebe-se que as ações do Conviver, ao longo de seu percurso, são direcionadas para promover o fortalecimento da agricultura familiar e a convivência dos agricultores no semiárido baiano, bem como o desenvolvimento local. Os esforços do projeto neste sentido ficam evidentes nos avanços conquistados uma década após a criação do mesmo de acordo com o Quadro 7:

Quadro 5. Síntese das ações do Projeto Conviver de 1997 a 2007:

Quantidade	Ações do Projeto
2.500	Famílias com formação
295	Famílias que acessaram o Fundo de Crédito Solidário Rotativo (FCSR).
475	Famílias que receberam assistência técnica
456	Famílias que receberam cisternas para armazenamento de água
30	Famílias que receberam reforma de cisternas
08	Aquedutos comunitários construídos
03	Barragens subterrâneas
02	Poços artesianos
05	Máquinas forrageiras para armazenamento de alimentos (feno e Silagem)

Fonte: Relatório do Conviver, 2008.

O diagnóstico feito pelo Conviver aponta melhores condições de convivência com o semiárido e mostra uma situação inversa àquela anterior ao surgimento do mesmo, pois pode se inferir dentro dessa nova realidade vivida pelos agricultores uma participação social mais ampla desses indivíduos que historicamente foram silenciados pelo sistema; aumento da renda e conseqüentemente elevação de sua auto estima, diminuição da agressão aos recursos naturais como a água e o solo, tão importantes para o homem do campo.

A atuação da EFA de Jaboticaba através do seu projeto de extensão Conviver, tem promovido o desenvolvimento no município de Quixabeira, ocasionando mudanças nas vidas dos sujeitos que dele fazem parte. É uma escola cujo trabalho gera resultados positivos na realidade local, pois traz alternativas de melhoria para pessoas que sempre estiveram marginalizadas e que provavelmente ainda estariam esquecidas pelo poder público a viver contando com a sorte.

4 CONCLUSÃO

O presente estudo teve a intenção de descrever as ações da Escola Família Agrícola de Jaboticaba, através de seu projeto de extensão – o Conviver, no desenvolvimento local do município de Quixabeira. O percurso metodológico buscou responder a questão proposta pela pesquisa: A Escola Família Agrícola de Jaboticaba tem atuado na promoção do desenvolvimento local?

A pesquisa evidenciou a importância dessas escolas desde sua criação na França, até a chegada ao Brasil e especificamente, ao município de Quixabeira onde a EFA de Jaboticaba encontra-se. Desde seu nascimento as EFAs constituíram-se como alternativa à educação descontextualizada que era ofertada aos camponeses e diante do descaso dos poderes públicos locais para com esta parcela da população, foi orquestrada também para ser uma instituição que ajudasse a transformar a realidade dos agricultores.

O processo educativo dessas escolas baseia-se em quatro pilares: a associação e alternância considerados meios e pelos quais se alcança os outros dois, considerados como finalidades: a formação integral e desenvolvimento local numa perspectiva socioeconômica, ambiental, humana, política, ambiental. Foi com esta proposta de desenvolvimento local que as EFAs inseriram-se nos territórios rurais do nosso país. Foi para mudar a realidade do semiárido do meio rural de Quixabeira que a EFA de Jaboticaba pensou e criou seu projeto de extensão – o Conviver.

O estudo sobre a EFA de Jaboticaba revelou a atuação e o compromisso da instituição dentro de uma realidade semiárida e suas consequências: seca, escassez de água, perda das lavouras, morte de animais, privação, desânimo, baixa autoestima. As ações da escola, promovidas pelo Conviver, vão promovendo transformações na realidade local e mudando o cenário rural para as famílias que são alcançadas pelo projeto.

Primeiro porque atende aos filhos dos agricultores do município e da região, ofertando a eles uma educação voltada para suas realidades. Graças à EFA os alunos não precisam mais migrar para as escolas convencionais para continuar seus

estudos. Ficou evidente a importância da escola tanto para alunos como também para ex-alunos que continuam seu vínculo com a terra graças ao projeto de extensão através do qual implantam projetos produtivos em suas propriedades.

Em segundo, o trabalho da escola, através do projeto, tem sido relevante para o desenvolvimento humano, político e social dos sujeitos que dele participam. O estudo revelou que a escola favoreceu e estimulou a elevação da autoestima, autonomia, a cooperação, a coletividade, a solidariedade, a formação de lideranças, atuando na criação de associações, como a Associação dos Pescadores; na organização e realização dos festivais; das formações/capacitações; na formação de grupos como o grupo das mulheres que produzem artesanatos e realizam processamento de alimentos.

De acordo com este estudo essas ações tem contribuído para mudar as mentalidades, a forma de pensar e agir sobre a realidade vivida, pois os agricultores passaram a se organizar e a ter uma participação social mais efetiva através dos eventos, formações, reuniões, etc. A importância encontra-se também no fato das ações do projeto contribuir para a afirmação dos valores, elevação da autoestima, valorização da cultura e do modo de vida do homem do campo, uma vez que historicamente as populações rurais e seu mundo, sempre foram negados diante de uma sociedade que valoriza o modo de viver citadinos em detrimento do rural,.

O desenvolvimento econômico também foi outro campo de atuação da escola, por meio do projeto. As famílias que antes não tinham alternativas e meios de permanecer em suas propriedades devido a seca e a falta de recursos encontraram nos projetos uma nova perspectiva de melhorarem suas rendas e produzirem em suas propriedades, refletindo em melhores condições de vida. O projeto concede ao agricultor não somente a autonomia para gerir suas propriedades, seus negócios, como também lhes mostra que no sertão é possível produzir apesar da escassez de água.

No aspecto ambiental pode-se notar que a atuação do projeto nesta área - como aconteceu na Campanha do Reflorestamento onde 10000 mudas de plantas nativas foram distribuídas e nas formações/capacitações, bem como nos festivais onde as discussões e atividades voltam-se também para a o desenvolvimento sustentável,

contribuiu para mudar a maneira como os agricultores conviviam em suas realidades.

Através desta atuação os agricultores não realizam mais queimadas para o plantio, valorizam e preservam as plantas nativas, como o licuri, por exemplo. O uso racional da água é outro resultado positivo das ações do projeto além da valorização dos produtos oriundos da própria terra como os frutos e o mel que são utilizados para produção de alimentos pelos grupos. A diminuição do uso de agrotóxico nas lavouras e o usos de ração para os animais feita a partir de vegetais como a mandioca e o milho, também são reflexos dessas ações.

A promoção do desenvolvimento local visando uma melhor convivência com o semiárido também ocorreu na busca por condições materiais de vida para as famílias e comunidades agrícolas evidente nas ações que levaram o acesso a água para estas pessoas. A atuação do projeto contribuiu, na construção e reformas de reservatórios, para que muitos agricultores não pensassem mais na espera do carro pipa, na longa caminhada até a ultima reserva de água e nem terem que ver seus animais morrerem de sede.

Através das ações do Conviver a escassez de alimentos não é mais problema para os agricultores, pois a produção de feno e silo nas propriedades permite a estes criadores condições de enfrentar longos períodos de estiagem com alimentação garantida para os rebanhos. Essa ação denota a atuação e o compromisso da escola no desenvolvimento local e na convivência com o semiárido, conforme vimos afirmando, mas alguns desafios também foram apontados nos relatórios do projeto.

O primeiro desafio encontra-se na sustentabilidade das ações do projeto Mesmo com uma atuação significativa no mundo rural quixabeirense, o trabalho mostrou que o apoio do poder público, principalmente financeiro, tão importante para a existência e a continuidade das ações do projeto é quase inexistente. Infelizmente esta é uma realidade vivenciada pelas EFAs historicamente. Conforme foi mostrado na pesquisa, as ações do Conviver são mantidas graças à ajuda de entidades estrangeiras, porém os termos e a não garantia de renovação dos convênios com algumas dessas instituições comprometem a efetivação das ações.

Outro desafio do projeto é a comercialização dos produtos como aqueles provindos dos projetos de apicultura, caprinocultura (leite, queijo), piscicultura, da fabricação de artesanatos e processamento de alimentos. Os produtores encontram entraves no escoamento da produção, pois muitas das vezes não existe mercado para a comercialização dos produtos mesmo sendo esta realizada pela COOPES, seja pela falta de apoio, divulgação e por não haver uma cultura de consumo dos mesmos, como acontece com o mel que somente é usado pela população local como medicamento. São necessários mais mercados que absorvam a produção dos agricultores.

A ampliação das ações do Conviver para outras famílias/comunidades também é um desafio. Embora o número de pessoas beneficiadas seja significativo, o trabalho necessita ser estendido a outros, pois conforme evidenciou a pesquisa, o município é majoritariamente rural e muitos outros agricultores ainda continuam a conviver com o semiárido sem o conhecimento e a técnica que lhes garantiriam melhores condições de vida.

A despeito dos desafios podemos afirmar que a escola, através de seu projeto de extensão, o Conviver, trouxe alternativas viáveis para os agricultores permitindo-lhes melhor convivência com a seca. Mostrou através de suas ações que é possível sim, com conhecimento e técnicas adequadas, produzir e criar no semiárido nordestino. Garantiu aos agricultores novas perspectivas de vida no campo.

Por fim este trabalho não está fechado pois buscamos descrever as ações da EFA de Jaboticaba na tentativa de mostrar a atuação das Escolas Famílias Agrícolas na realidade onde estão inseridas. Espera-se que o mesmo possa provocar novas reflexões e leituras gerando novas indagações sobre o trabalho realizado por estas escolas. Desejamos que o mesmo contribua para dar maior visibilidade a essas escolas, principalmente no meio acadêmico onde percebe-se pouco interesse em pesquisar a educação transformadora promovida pelas EFAs.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEGNAMI, João Batista. **Formação Pedagógica de Monitores das Escolas Famílias Agrícolas e Alternâncias – Um estudo intensivo dos processos formativos de cinco monitores.** Belo Horizonte: Univ. Nova de Lisboa; Univ. François Rabelais de Tours. Mestrado Internacional em Ciências da Educação, 2003. Dissertação. 241 pp.

CAVALCANTE, Ludmila Oliveira Holanda. **Escola Família Agrícola do Sertão: entre percursos sociais, trajetórias pessoais e implicações ambientais.** UFBA, Salvador/BA, Tese de Doutorado. 2007. 259 f.

CONVIVER. **Relatório de Atividades do Projeto Conviver – 2002.** Quixabeira-BA, 2003.

CONVIVER. **Relatório de Atividades do Projeto Conviver - 2003.** Quixabeira-BA, 2004.

CONVIVER. **Relatório de Atividades do Projeto Conviver - 2004.** Quixabeira-BA, 2005.

CONVIVER. **Relatório de Atividades do Projeto Conviver - 2005.** Quixabeira-BA, 2006.

CONVIVER. **Relatório de Atividades do Projeto Conviver - 2007.** Quixabeira-BA, 2008.

CONVIVER. **Relatório de Atividades do projeto Conviver - 2008.** Quixabeira-BA, 2009

CONVIVER. **Relatório de Atividades do projeto Conviver - 2009.** Quixabeira-BA, 2010.

DE BURGHGRAVE, Thierry. **Autoformação e participação no meio sócio-profissional: uma abordagem biográfica de dois agricultores do Movimento das Escolas Famílias Agrícolas.** Salvador, Univ. Nova de Lisboa; Univ. François Rabelais de Tours. Mestrado Internacional em Ciências da Educação, 2003. Dissertação. 219 pp.

EFA. **Relatório de Atividades 2011.** Escola Família Agrícola de Jaboticaba: Quixabeira-BA, 2011.

ESTEVAM, Dimas de Oliveira. **Casa Familiar Rural – a formação com base na pedagogia da alternância**. Florianópolis: Insular, 2003.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, - 2000, p. 44.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra: 1987.

GIMONET, Jean-Claude. **Praticar e compreender a Pedagogia da Alternância dos CEFFAs**. Tradução de Thierry de Burghgrave. Petrópolis: Vozes/ Paris: AIMFR, 2007.

IBGE. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Censo Agropecuário 2006: resultados preliminares**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

LIMA, Dalberto. **Fundação e Evolução de Quixabeira**. 2ª ed.

LORDELO, José Albertino Carvalho. **Escola dentro-e-fora: gestão comunitária de uma escola família agrícola no sertão da Bahia**. Revista administração Educacional. Recife: v. 2, n. 6, p. 103-110, jul./dez., 2000.

LUBISCO, Nídia Maria Lienert; VIEIRA, Sônia Chagas; SANTANA, Isnaia Veiga. **Manual de estilo acadêmico: monografias, dissertações e teses**. 4. ed. rev. e ampl. Salvador: EDUFBA, 2008. 145p.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil 2003**. Disponível em: www.pnud.org.br/atlas/

QUEIROZ, João Batista de; SILVA, Virgínia Costa e; PACHECO, Zuleika. **Pedagogia da Alternância: construindo a educação do campo**. – Goiânia: Ed. Da UCG; Brasília, Ed. Universa, 2006.

RIBEIRO, Marlene. **Movimento camponês, trabalho e educação: liberdade e emancipação: princípios/fins de formação humana**. 1ª ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SANTOS, Iracema Lima dos. **Território de saberes: uma leitura do Projeto APPJ –EFA-CONVIVER**. Dissertação (mestrado profissional) – Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, 2011. 128 f.

ZAMBERLAN, Sérgio. ***“O lugar da família na vida institucional da escola – família” – Participação e relação do poder.*** Espírito Santo, Univ. Nova de Lisboa; Univ. François Rabelais de Tour. Mestrado Internacional em Ciências da Educação, 2003. Dissertação. 166 pp.